



UFRRJ – UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR – CAMPUS NOVA IGUAÇU
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E ECONOMIA
CURSO DE HISTÓRIA – LICENCIATURA

Marcia de Fátima Villar Moreira Pinto Domingues

**A sombra comunista na cidade de Nova Iguaçu:
Ismael Ramos e sua atuação política nos anos de 1950 e 60**

Nova Iguaçu – RJ

2016



Marcia de Fátima Villar Moreira Pinto Domingues

**A sombra comunista na cidade de Nova Iguaçu:
Ismael Ramos e sua atuação política nos anos de 1950 e 60**

Monografia apresentada ao curso de História como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em História, do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Jean Rodrigues Sales

Coorientador: Prof. Dr. Felipe Augusto S. Ribeiro

Nova Iguaçu – RJ

2016

Resumo

O presente trabalho visa analisar a representação política do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no cenário iguaçuano, seguindo a trajetória de luta do vereador Ismael Ramos, eleito em 1962, quando o PCB, na ilegalidade, se articulava entre diferentes partidos defendendo seus projetos revolucionários. Ao longo desta monografia, buscamos construir uma narrativa a partir do registro das atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu (CMNI) e de diferentes jornais que abordavam as tensões políticas nesta cidade, desde meados da década de 1950 até o golpe civil militar de 1964, quando o vereador comunista teve seu mandato cassado.

Ismael Ramos foi um comerciante do ramo farmacêutico, que atuava na cidade de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. Desde a década de 1950, já despertava o interesse da polícia política por suas ligações com o PCB e sua capacidade de mobilização política entre diferentes grupos sociais, reivindicando direitos democráticos negados pela elite política local.

Desta forma, analisamos o contexto político iguaçuano no período, salientando alguns momentos de mobilização, reivindicação e debate, onde a atuação do vereador Ismael Ramos obteve destaque.

Palavra-chave: Comunismo; Baixada Fluminense; Nova Iguaçu; Ismael Ramos.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jean Rodrigues Sales (Orientador).

Instituto Multidisciplinar – DHE – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Felipe Augusto dos Santos Ribeiro (Coorientador)

Instituto Multidisciplinar – DHE – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof^a. Ms. Adriana da Silva Serafim

Instituto Multidisciplinar – DHE – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof^a. Ms. Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre

Instituto Multidisciplinar – DHE – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Agradecimentos

Inicio meus agradecimentos às minhas filhas Áurea Helena e Luíza Helena que deram o pontapé nesta minha nova empreitada profissional quando me inscreveram no ENEM. Eu não as decepcionei.

Agradeço aos meus pais, Dona Rosalina e Seu Almyr Moreira Pinto – era assim que gostava de ser chamado, pois se orgulhava do nome da família - que na minha infância, não mediram esforços para me educar mesmo com toda dificuldade econômica presente.

Ao meu companheiro de Trás-os-Montes que partilhou sua história de luta ao meu lado, meu eterno “incentivador” Teodoro Manuel Domingues.

Aos professores Marcos Caldas, Sílvia Fernandes, José D’Assunção Barros, Ahyas Siss, Leandro Chevitarese, Paulo Roberto, Flávia Magalhães, Mônica Ribeiro, Adriana Barreto, Surama Conde, Bruno Ramos, Álvaro do Nascimento, Felipe Benites, Eneile, Raquel Alvitos, Marcelo Berriel, Patrícia Bastos e Marta Ferreira, os meus sinceros agradecimentos.

A minha sincera gratidão e apreço aos amigos e orientadores Jean Sales, Maria Lúcia, Felipe Ribeiro, e o Sr. Lacerda que me ajudaram a traçar o caminho da minha empreitada monográfica. Deixo aqui o meu muito obrigado.

Não posso esquecer as minhas eternas incentivadoras do Bazar Talita em Queimados e a Círculo S.A. que promoveram esta minha conquista. Deixo aqui registrado o meu sincero agradecimento, sem elas este sonho não seria possível. Muito obrigada.

E não posso esquecer as minhas fieis amigas de altas horas de leitura de texto... “tia” Dinny, e a “desordeira” Lilica. Agradeço-as por me manterem acordada.

Ao meu pai Almyr Moreira Pinto,
meu eterno contador de História do Brasil. (*in memoriam*)



SUMÁRIO

Introdução	08
Capítulo 1: O PCB e as tensões políticas no país	16
Capítulo 2: Trajetórias e forças políticas em Nova Iguaçu	28
Capítulo 3: Ismael Ramos e seu papel no legislativo iguaçuano	39
Conclusão	66
Referências Bibliográficas,.....	68

INTRODUÇÃO

“Ao comércio e ao povo em geral (...). A Câmara Municipal cassou o mandato do edil Ismael Ramos (...)”. Assim noticiou o *Correio da Lavoura*, principal jornal da cidade de Nova Iguaçu, sobre a cassação do vereador comunista Ismael Ramos em 1964. O destaque em “avisar ao comércio” pode ter ocorrido devido ao fato de Ramos ser comerciante, proprietário de três farmácias no município. Porém, também pode ter sido uma forma de “tranquilizar” alguns integrantes da Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu (ACINI), da qual o vereador comunista fazia parte. Por sinal, esta relação entre Ismael Ramos e ACINI se deu mediante muitos conflitos, desencadeados dentro da entidade, mas que repercutiram para as disputas no campo político iguaçuano.¹

Desse modo, a presente monografia pretende analisar a atuação política de Ismael Ramos, militante comunista desde a década de 1940 e que, em 1962, se elegeu vereador, por meio de “legendas emprestadas”, devido ao Partido Comunista do Brasil (PCB) encontrar-se clandestino no país. Buscaremos contextualizar alguns conflitos ocorridos na cidade desde o final da década de 1950, relacionados ao aumento de impostos proposto pelo governo municipal, os protestos da ACINI contra a medida e o “quebra-quebra” em alguns estabelecimentos comerciais, motivado pela mobilização de populares. Foi justamente a partir deste contexto que Ismael Ramos foi eleito vereador e seu grupo político conseguiu interromper uma certa hegemonia da União Democrática Nacional (UDN) na prefeitura local. Ao longo da pesquisa, construímos uma narrativa a partir do registro das atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu (CMNI) e de diferentes jornais que abordavam as tensões políticas na cidade.

Portanto, a questão central deste trabalho será compreender como se deu a ascensão da militância comunista em Nova Iguaçu, em particular da figura política de Ismael Ramos, bem como analisar sua atuação na Câmara de Vereadores, entre janeiro de 1963 e março de 1964.

NOVA IGUAÇU: CRESCIMENTO COMERCIAL NA TERRA DOS LARANJAIS

Inicialmente ressalto que a cidade de Nova Iguaçu dos anos de 1950 e 60, objeto de análise desta pesquisa, não tem a mesma divisão política administrativa do Município de

¹ *Correio da Lavoura*. 19/04/1964. p.1

Nova Iguaçu dos dias atuais, tendo em vista que seu recorte geográfico e administrativo foi alterado com a emancipação dos distritos de Queimados, Belford Roxo, Japeri e Mesquita.

Nova Iguaçu está geográfica e politicamente situada na Baixada Fluminense. Representarei “*Baixada Fluminense*” como sendo uma parcela da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro que congrega os municípios e distritos que historicamente pertenceram às antigas vilas de Iguassú e Estrela, isto é, os atuais municípios de Nova Iguaçu, Japeri, Queimados, Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Duque de Caxias e os distritos de Inhomirim e Guia de Pacobaíba no município de Magé.²

Estas cidades têm particularidades comuns que unem sua trajetória histórica em torno de portos fluviais e estradas que ligavam o interior do país ao Rio de Janeiro e a instalação de redes ferroviárias que alavancaram seu desenvolvimento econômico provocando um processo de urbanização desordenado próximos aos ramais ferroviários e estações acelerando o processo de produção de espaço e das relações políticas.

Durante o século XIX, projetos de saneamento e canalização de rios e canais na Baixada Fluminense beneficiaram imensamente a elite latifundiária exportadora, facilitando a ocupação desta área e impulsionando a introdução do cultivo de cítricos (laranja, sobretudo).³

No início do século XX, mais precisamente durante a década de 1930, com a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, ligada ao Departamento Nacional de Obras de Saneamento, realizou-se a drenagem de áreas alagadas, a construção de estradas e de iluminação elétrica, investimentos que logo resultariam no auge da produção e exportação cítrica em Nova Iguaçu.

Na segunda metade da década de 1940, diversos fatores contribuíram para o declínio da citricultura iguaçuana. A entrada dos Estados Unidos da América (EUA) na Segunda Guerra Mundial, a dependência de navios frigoríficos europeus para o transporte de frutas, juntamente com as pragas que atingiram as lavouras e o esgotamento de áreas agrícolas, atingiram a exportação de cítricos e provocaram um colapso na economia de Nova Iguaçu.⁴

Com os embarços econômicos durante a guerra, antigas fazendas de laranjas foram abandonadas, muitas delas passando a ser ocupadas e desenvolvidas por posseiros,

² Utilizarei o conceito de Baixada Fluminense de acordo com a definição do geógrafo Manoel Ricardo Simões. Cf. SIMÕES, Manoel Ricardo. *A Cidade Estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense*. Niterói: tese de doutorado, UFF, 2006.

³ Cf. PEREIRA, Waldick. *Cana, Café e Laranja: história econômica de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: FGV/SEEC, 1977.

⁴ SOUZA, Sonali Maria de. *Da laranja ao Lote: transformações sociais em Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado, MN-UFRJ, 1992. p.74.

despertando o interesse de outros pretensos donos, tais como os descendentes dos antigos proprietários já falecidos, falsos proprietários (os grileiros), além de empresas imobiliárias interessadas no mercado de terras e construção de bairros. Daí, os processos de posse, grilagem, reintegração de posse geraram intensos conflitos na região, envolvendo disputas judiciais, políticas e econômicas. A entrada de novos atores no cenário econômico-social gerou uma nova identidade política na cidade de Nova Iguaçu.

Com o fim da citricultura, novos caminhos foram revelados. Segundo Sonali Souza, um grupo de grandes fazendeiros se beneficiou com a especulação imobiliária. Muitos deles formaram empresas para administrar loteamentos, o que impulsionava conflitos entre proprietários, grileiros e posseiros. O movimento especulativo de terras promoveu o interesse na aquisição de lotes para a construção de estabelecimentos para fins comerciais, inicialmente lojas de materiais de construção e de diversos mercados. Tudo isso também era favorecido pela proximidade com a Rodovia Presidente Dutra, a ferrovia Central do Brasil e a instalação de novas indústrias na região. Neste momento, Nova Iguaçu se abriu para um novo cenário econômico, social e político. Era a transformação de uma economia basicamente agrícola, que dava lugar ao fortalecimento de atividades comerciais e industriais na cidade, acompanhadas de um vigoroso crescimento demográfico.

Entre 1920 e 1940, o município de Nova Iguaçu saltou de 33 para 142 mil habitantes, perfazendo um aumento de 325% em sua população ao longo de duas décadas, sendo considerado “*um dos acréscimos mais notáveis do país*”.⁵

TABELA 01: População do Município de Nova Iguaçu (1920-1970)

ANO	1920	1940	1950	1960	1970
HABITANTES	33.396	142.021	145.649	356.645	727.140

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

OBS.: Ressalta-se que, ao longo da década de 1940, o território de Nova Iguaçu foi sucessivamente desmembrado para formação de novos municípios: Duque de Caxias (que englobava São João de Meriti), em 1943; e Nilópolis, em 1947. Isto explica, em parte, o pequeno aumento populacional de Nova Iguaçu entre as décadas de 1940 e 50.

Do ponto de vista econômico, a região sudeste do país (principalmente os estados de São Paulo e Rio de Janeiro) desempenhou um papel importantíssimo, naquele período, para a

⁵ SILVA, Moacir M. F. *Tentativa de classificação das cidades brasileiras*. Revista Brasileira de Geografia. a.8. n.3. jul-set/1946. p.32. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1946_v8_n3.pdf>. Acessado em 18/06/2016.

promoção das chamadas indústrias de bens duráveis e de bens de capital, recebendo assim a maior parte dos investimentos do setor industrial. Foi neste contexto que Nova Iguaçu se inseriu num quadro de expansão econômica, criando atrativos para a instalação de indústrias e estabelecimentos comerciais, o que conseqüentemente se refletia em novas oportunidades de trabalho.⁶

E uma das principais evidências da expansão desses setores no município foi o surgimento da Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu (ACINI), em 1945, inicialmente formada por um grupo de comerciantes, mas que logo passou a congregiar diversos industriais. Em 1954, por exemplo, a companhia de canetas *Compactor* se instalou às margens da Rodovia Presidente Dutra, no bairro da Posse; e em 1958, a Bayer do Brasil instalou uma fábrica no então distrito de Belford Roxo (atualmente município).

Desde a sua fundação, a ACINI despontou como uma entidade preocupada com a questão econômica da cidade (leia-se indústria e comércio), mas que também enveredou para discussões políticas em Nova Iguaçu, tendo relações bastante próximas com o governo municipal, em diversos mandatos. No início da década de 1960, a ACINI foi dirigida por um importante empresário varejista de Nova Iguaçu, Silvio Coelho, que atuava em toda Baixada Fluminense. À época, populares realizaram um “quebra-quebra” na cidade, tendo como alvo diversos estabelecimentos comerciais, entre eles o de Silvio Coelho, sob a alegação de que os comerciantes estavam escondendo em estoque (songando) produtos de primeira necessidade que eram tabelados pelo governo federal.

Durante o conflito, um integrante da ACINI foi acusado de incentivar o “quebra-quebra” na cidade. Era o farmacêutico Ismael Ramos, proprietário de três estabelecimentos comerciais no município: Drogeria São Jorge, no centro; Drogeria Mello, em Austin; e outra drogeria em Queimados (hoje município).

Filho de Francisco Apolônio Ramos e Isabel Rosa Moura, Ismael nasceu em 09 de setembro de 1916. Desde a década de 1940, promovia reuniões clandestinas do PCB no interior de suas farmácias, em Nova Iguaçu, cidade onde residia.

Além de enfrentar resistências dentro da ACINI, Ismael Ramos foi lançado como candidato a vereador na cidade para as eleições de 1962 pelo Partido Social Trabalhista (PST), legenda utilizada pela militância comunista local. Elegeu-se vereador e fez sua

⁶ BATISTA, Allofs Daniel. *Da Laranja ao golpe: Nova Iguaçu e a instabilidade política nos primeiros anos do Regime Civil Militar*. Nova Iguaçu: monografia de graduação, IM-UFRRJ, 2011, pp.16-30.

campanha ao lado do prefeito que saiu vitorioso nas eleições, Aluisio Pinto de Barros, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que buscava pôr fim a uma longa hegemonia udenista na cidade. Na Câmara Municipal, Ismael Ramos foi eleito para a Mesa Diretora e tornou-se vice-líder do novo governo.

Dessa forma, faz-se necessário enfatizar que o militante comunista que configura como objeto do presente estudo era um comerciante de Nova Iguaçu, representante de um ramo econômico que vinha crescendo na cidade, mantendo ligações estreitas tanto com o PCB, quanto com a ACINI. Porém, com a entidade comercial teve de enfrentar muitos conflitos, que podem ter sido decisivos para a cassação do seu mandato na Câmara logo após o golpe de 1964.

A PESQUISA

Esta monografia está dividida em três capítulos. O primeiro, intitulado *O PCB e as tensões políticas no país*, busca apresentar um breve panorama político do Brasil no início da década de 1960, período bastante tumultuado e que repercutiu diretamente em questões estaduais e municipais. No segundo capítulo, que tem como título *Trajetórias e forças políticas em Nova Iguaçu*, procuramos mapear as principais forças políticas atuantes na cidade no início da década de 1960, bem como analisar algumas dessas trajetórias, tendo como foco as eleições de 1962. Por fim, no terceiro e último capítulo, intitulado *Ismael Ramos e seu papel no legislativo iguaçuano*, analisamos a atuação vereador comunista em seu curto mandato e suas relações com as demais forças políticas da cidade.

Para a realização desta pesquisa utilizamos como principais fontes: dados da polícia política, matérias da imprensa jornalística (local e de grande circulação) e livros de ata da Câmara Municipal de Nova Iguaçu. Também buscamos, por diversas vezes, acesso ao acervo da ACINI, o que seria essencial para o presente trabalho. No entanto, as fontes do arquivo da entidade empresarial não foram liberadas para a pesquisa.

Os dados da polícia política foram pesquisados a partir do acervo do Projeto Brasil Nunca Mais Digital. Dirigido pela Arquidiocese de São Paulo, em parceria com outras entidades religiosas e com o apoio de diversos pesquisadores, o projeto sistematizou, durante as décadas de 1970 e 80, informações contidas em mais de setecentos processos do Superior Tribunal Militar (STM), que continham documentos da polícia política e revelavam formas de

repressão política no Brasil entre o período de 1961 e 1979. No ano de 2013, o acervo foi digitalizado e disponibilizado pela internet, com ferramentas de busca por palavra. Durante a presente pesquisa foram utilizados como indexadores para busca as expressões “Ismael Ramos” e “Nova Iguaçu”.⁷

Em relação às fontes da imprensa, utilizamos o acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, que reúne centenas de periódicos digitalizados e disponíveis pela internet, com possibilidade de buscas por palavra. Neste sentido, foram empregadas como indexadores basicamente as mesmas expressões já mencionadas, bem como outras correlatas que foram surgindo ao longo da pesquisa. Além disso, analisamos reportagens do jornal *Correio da Lavoura*, principal fonte de notícias da cidade de Nova Iguaçu à época. Digitalizado e disponível no Centro de Documentação e Imagem do Instituto Multidisciplinar (CEDIM), ainda sem possibilidades de busca automática por palavra, seu acervo foi consultado a partir de datas de episódios específicos, suscitados por meio de outras fontes.⁸

Já os livros de ata da Câmara Municipal foram consultados no próprio arquivo da instituição, sendo fotografados e posteriormente analisados. Para a compreensão deste tipo de fonte, tornou-se necessário estudar suas peculiaridades. A ata legislativa configura como uma “memória do parlamento”, sendo normalmente registrada por algum vereador responsável em secretariar a sessão. Diferente da forma como ocorre atualmente, com as gravações e notas taquigráficas, os registros das décadas de 1950 e 60 não eram transcrições “ao pé da letra” de todos os pronunciamentos da Câmara, mas um resumo manuscrito que buscava relatar os principais debates, sempre a partir do olhar daquele que foi responsável pelo registro.

Além disso, foi necessário conhecer os momentos fundamentais de um registro legislativo (Introdução, Expediente, Ordem do Dia e Despedida). A ata se inicia com data e horário da reunião, seguida pelo registro do nome do presidente da Mesa Diretora, em seguida os nomes dos vereadores presentes, checando se há quórum suficiente para iniciar a sessão, faz-se a leitura da ata da reunião anterior para aprovação em plenário, assim como a leitura das correspondências expedidas e recebidas. Este momento é a Introdução.

Num segundo momento, o presidente da Mesa abre a sessão oferecendo a palavra aos demais vereadores iniciando o expediente legislativo, onde os vereadores apresentam

⁷ PROJETO: BRASIL NUNCA MAIS DIGITAL. Disponível em <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/>>. Acessado em 01/06/2016.

⁸ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Disponível em <<http://memoria.bn.br/>>. Acessado em 01/06/2016.

propostas de requerimentos, solicitações, indicações e ofícios num breve discurso sobre a proposta. É o momento do Expediente.

Em seguida, na Ordem do Dia, são postos em votação os projetos de lei de autoria dos vereadores ou do governo municipal, bem como alguns requerimentos, todos apresentados em reuniões anteriores durante o Expediente. A Ordem do Dia é o momento em que as principais questões municipais, ou talvez as mais preocupantes, são debatidas e votadas.

Por fim, a Despedida se dá quando o Secretário da Mesa Diretora finaliza a ata legislativa, agendando a próxima reunião, com data e horário previsto, e dando por encerrada a presente reunião, seguido de sua assinatura e dos demais vereadores presentes.

As reuniões parlamentares estavam distintamente divididas em solenes, ordinárias e extraordinárias. As reuniões solenes tradicionalmente ocorriam no momento da posse dos vereadores e do prefeito, nas festividades da Câmara e no encerramento das sessões legislativas. As ordinárias, como o próprio nome diz, são as reuniões rotineiras no parlamento municipal. Já as extraordinárias eram realizadas após pedido de convocação do prefeito ou do próprio presidente da Câmara, normalmente em caráter de urgência. Além disso, há uma distinção entre reunião e sessão legislativa. Reunião é a realização de um encontro oficial dos vereadores no plenário da Câmara, previamente agendado e depois registrado em ata, enquanto que a sessão é um conjunto de reuniões registradas no livro de ata.

Os projetos, requerimentos e indicações eram normalmente apresentados durante o Expediente para ser incluído na Ordem do Dia de alguma reunião posterior. A proposta era encaminhada para análise em sua respectiva comissão parlamentar, sujeita a aprovação ou reprovação. Em seguida, era apreciada por todos os vereadores em plenário, onde deveria ser votada. Sendo aprovada, seguia para o prefeito municipal que poderia sancioná-la ou vetá-la. No caso de veto, a mesma retornaria para a Câmara para apreciação do veto, que poderia ser derrubado caso a proposta fosse novamente aprovada na Câmara. Nem todas as propostas precisavam passar por todo esse processo. No caso de aplausos, votos de louvor, de solidariedade, de pêsames, entre outras homenagens, eles eram prontamente julgados em plenário, sem precisar passar pela análise das comissões representativas ou por uma nova discussão na Câmara, nem tampouco pela aprovação do prefeito. Cabe ressaltar que cada vereador recebia um subsídio (espécie de salário) referente à sua atividade parlamentar.

A apresentação do ritual da Câmara Municipal se faz necessário nesta pesquisa para compreendermos a narrativa dos discursos registrados nas atas, as relações estabelecidas neste

espaço (e fora dele), bem como a atuação política de um vereador específico, neste caso o comunista Ismael Ramos.⁹

As atas da Câmara são, portanto, fontes primárias que representam para o historiador o registro oficial da história do legislativo de uma dada localidade ou região. Entretanto, são documentos limitados que exigem do pesquisador-historiador o cruzamento com outras fontes primárias visando melhor compreender o cenário no qual o objeto de pesquisa está inserido.

⁹ As mencionadas observações sobre os livros de atas parlamentares foram concebidas a partir de outros trabalhos de pesquisa sobre legislativo municipal, juntamente com a análise específica das fontes da Câmara Municipal de Nova Iguaçu. Cf. RIBEIRO, Felipe. *Operários à Tribuna: vereadores comunistas e trabalhadores têxteis de Magé (1951-1964)*. São Gonçalo: dissertação de mestrado, UERJ, 2011. pp.147-151.

Capítulo 1:

O PCB E AS TENSÕES POLÍTICAS NO PAÍS

Para melhor compreendermos a organização das forças políticas atuantes em Nova Iguaçu, partirei apresentando um breve panorama dos principais partidos políticos no cenário nacional entre o fim do Estado Novo e golpe civil-militar que destituiu o presidente da República (1945-1964).

Em 1945, com os primeiros passos de um período democrático, foram fundados três partidos políticos que, mais tarde, despontariam como uma espécie de tripé da política institucional no país: a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Logicamente que não deixando de lado o Partido Comunista do Brasil (PCB), que, apesar de ter sido reconhecido formalmente em 45, após longo período de clandestinidade, teve seu registro cassado dois anos depois, passando a se utilizar da legenda de diferentes partidos como forma de manutenção de sua atividade política eleitoral, chamadas de “legendas emprestadas”.

A UDN nasceu de uma ampla frente de oposição ao Estado Novo. Desde 1937, políticos que mais tarde formariam o partido já articulavam o fim do governo autoritário do presidente Getúlio Vargas. Foi através da crítica ao governo e à pessoa do presidente – incisivamente aos seus símbolos, comícios, e representações – que os udenistas iniciaram sua trajetória política.¹⁰

Como destaca Lucília Delgado, era “*uma negação, na sua essência, contraditória, pois ao negar, reconhecia [o legado varguista]*”. Seria como se opor ao governo, embora reconhecesse que os seus métodos de divulgação fortaleciam a imagem e o poder político do governante. Assim, a crítica udenista também se dava pela mídia e pela apropriação das bandeiras oposicionistas ao estado de arbítrio e à ausência de liberdade política durante o Estado Novo, ou seja, a própria oposição, através da UDN, estabelecia, em geral, suas propostas a partir do campo varguista.¹¹

Inicialmente a composição udenista era diversificada, mas basicamente restrita às elites. Eram oriundos de diversos setores políticos descontentes e desprezados no “primeiro governo Vargas” (1930-1945). A UDN reunia liberais provenientes das oligarquias

¹⁰ BENEVIDES, Maria Vitória. *A UDN e o udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p.23.

¹¹ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo*. São Paulo: Marco Zero, 1989. p.27.

destronadas com a chamada Revolução de 30, os antigos aliados de Vargas que perderam seu prestígio depois de 1930 ou em 37, os que participaram do Estado Novo e se afastaram antes de 45, um grupo de liberais com forte identificação regional e, por fim, personagens oriundos das “esquerdas” que passaram a aderir ao discurso do liberalismo.¹²

O PSD surgiu da política getulista, trazendo como marca o pragmatismo, a experiência no governo e a força eleitoral. Seus principais integrantes eram mestres em negociações, alcunhados de “raposas” da política brasileira, permanecendo no poder por anos a fio. Aliados de primeira hora do trabalhismo, os pessedistas traziam como ideais as reformas sociais iniciadas no governo Vargas. Seu quadro político era composto, por interventores estaduais e municipais durante do Estado Novo, alguns segmentos da classe média urbana e principalmente, representantes das oligarquias regionais, daí, o jargão popular da época que identificou a coligação de pessedistas e petebistas no imediato pós Estado Novo como: “*o PTB era o PSD de macacão e o PSD, o PTB de casaca*”. Dessa forma, a aproximação de grupos políticos de formação tão distinta, mas que se complementavam em seus ideais políticos mais gerais naquele momento, tinha por objetivo evidente manter-se no poder.

Quando destacamos que eram grupos políticos de formação, é porque o PTB surgiu no seio dos sindicatos urbanos e da burocracia do Ministério do Trabalho. O partido apresentava como principal linha política a defesa da reforma trabalhista de Getúlio Vargas. Sua adesão e militância estavam diretamente ligadas a grupos de operários, trabalhadores sindicalizados e funcionários públicos, daí porque rapidamente despontaram e ganharam força no cenário político nacional.

Interessante dizer que o PTB, no momento de sua fundação, defendia o conjunto da legislação trabalhista na nova ordem democrática e pretendia interromper o crescimento do PCB junto à classe trabalhadora. Mas, com o passar do tempo, petebistas e comunistas acabaram se aproximando, sobretudo após o suicídio de Vargas, chegando o PTB a configurar como um importante aliado do PCB, então na ilegalidade.¹³

O PCB foi fundado em 1922, na cidade fluminense de Niterói, chegando a ter breves períodos de atividade política legal até o fim do Estado Novo: de março a julho de 1922 e de janeiro a agosto de 1927. Inspirado no comunismo soviético, o principal objetivo do partido

¹² DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos Políticos e Frentes Parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: *O Brasil Republicano, O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v.3. ed.2. p.137.

¹³ *Ibidem*, p.144.

era promover a revolução socialista no Brasil, visando desdobramentos em escala mundial. Por sinal, seus breves períodos de legalidade no país estão diretamente ligados ao perfil revolucionário do “Partidão”, como era conhecida a legenda.

Mas, a despeito de sua vida legal ter sido episódica, o PCB, exceto em breves períodos, logrou participar do processo eleitoral. Na fase de prolongada ilegalidade, representantes comunistas, fazendo uso de outras legendas, atuaram no parlamento. (...) No período da redemocratização do pós-Estado Novo, tornou-se um ator importante. Sem alianças, o PCB disputou a presidência da República em dezembro de 1945 e lançou candidatos para cargos legislativos. Num espectro nacional de treze agremiações partidárias situou-se como a quarta força eleitoral.¹⁴

Entretanto, no imediato pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com o acirramento das divergências entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o governo brasileiro, eleito em 1945, alinhou-se com os norte-americanos. Assim, em maio de 47, em plena Guerra Fria, o presidente Eurico Gaspar Dutra, apoiado no artigo 141 da nova Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, investiu na cassação do PCB e de seus representantes eleitos na esfera federal, estadual e municipal.¹⁵

Interessa dizer que, no mesmo ano da cassação do partido, o PCB de Nova Iguaçu elegeu dois vereadores comunistas, utilizando o PSD como legenda emprestada: Antônio Gotelipe e Dionísio Bassi.¹⁶

Um deles, Antônio Gotelipe, então morador de Mesquita – à época distrito de Nova Iguaçu – chegou a promover protestos populares contra o “Parecer Barbedo”, de autoria do Desembargador Alceu Barbedo, que acusava o PCB de ser um partido com ideias revolucionárias extremistas apoiadas pela Rússia e, por isso, defendia a cassação de seu registro partidário. Na ocasião, milhares de pessoas aderiram à causa contra o parecer, entre os quais muitos iguaçuanos, com abaixo-assinados e telegramas enviados ao Presidente da República e ao Tribunal Superior eleitoral (TSE), defendendo a legalidade do PCB. Porém, de

¹⁴ PANDOLFI, Dulce Chaves. *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Fundação Roberto Marinho, 1995. p.47.

¹⁵ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos Políticos e Frentes Parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: *O Brasil Republicano, O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Vol.3, 2ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p.136.

¹⁶ Antônio Gotelipe era trabalhador têxtil no município de Magé, onde já atuava na militância comunista. Mudou-se para Nova Iguaçu após ter sido demitido da fábrica de tecidos, devido sua participação em uma greve em 1935. Cf. RIBEIRO, Felipe. *Operários à Tribuna: vereadores comunistas e trabalhadores têxteis de Magé (1951-1964)*. São Gonçalo: dissertação de mestrado, UERJ, 2011. p.43. Já Dionísio Bassi era jornalista e fundador do jornal *Correio de Maxambomba*. Cf. ALEXANDRE, Maria Lúcia Bezerra da Silva. *Um cenáculo de letrados: sociabilidade, imprensa e intelectuais a partir da Arcádia Iguassuana de Letras (AIL) - (Nova Iguaçu, - 1955-1970)*. Nova Iguaçu: dissertação de mestrado, UFRRJ, 2015. p.26 e pp.114-128 passim.

nada adiantaram as defesas do partido. Através do parecer, enquadrando a agremiação política na categoria inconstitucional dos partidos extremistas, o PCB foi novamente posto na ilegalidade, sendo cassado o seu registro em 07 de maio de 1947.¹⁷

SERÃO EMPOSSADOS HOJE, ÀS 14 HORAS, O PREFEITO E OS VEREADORES DE NOVA IGUAÇU

DOIS COMUNISTAS NA CÂMARA MUNICIPAL DAQUELE MUNICÍPIO FLUMINENSE, SRS. ANTONIO GOTELIP E DIONIZIO BASSI



Vereador Dionizio Bassi

Com grandes festejos populares será instalada hoje, às 14 horas, a Câmara Municipal de Nova Iguaçu, com a posse do novo Prefeito, sr. Sebastião de Arruda Negreiros e de seus vereadores, entre os quais dois comunistas: srs. Antonio Gotelip e Dionizio Bassi, eleitos no pleito de 23 de setembro último no Estado do Rio.

O Prefeito e os vereadores de Nova Iguaçu serão empossados pelo Juiz dr. Acacio Aragão de Souza Pinto, Presidente da Junta Apuradora daquele município fluminense.

Durante o ato será eleita a mesa da Câmara Legislativa. As 15 horas, o Prefeito Sebastião de Arruda Negreiros se dirigirá à sede da Prefeitura local, onde será feita a transmissão do cargo.



Vereador Antonio Gotelip

OS VEREADORES DE NOVA IGUAÇU São os seguintes os representantes do povo de Nova Iguaçu em sua Câmara Municipal: vereadores José Haddad, Paulo Fröes Machado, Juvenal Pereira dos Santos, Ari Schiaro, Sebastião dos Pels, Manoel José dos Passos, Carmelita Brasil, Alcebíades de Melo, Diniz Guimarães, Humberto Baroni, Antonio Ferreira dos Santos, Jesus de Castro Vieira, Manoel de Almeida, Manoel de Oliveira, Antonio Gotelip e Dionizio Bassi.

Notícias Int
Oposição à retirada
BERLIM, 17 (U. P.)

IMAGEM 01: Reportagem sobre a eleição de dois vereadores comunistas em Nova Iguaçu

Fonte: *Tribuna Popular*. 18/10/1947. p.8. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

O SUICÍDIO DE VARGAS E A “NOVA POLÍTICA” ADOTADA PELO PCB

Outro episódio importante que impactou decisivamente nos rumos do PCB foi o fim do segundo governo Getúlio Vargas (1951-1954). Eleito presidente da República em 1950, enfrentava acirradas críticas por parte de grupos econômicos norte-americanos, que tiveram seus interesses contrariados ao longo do governo; das oposições da UDN e do PCB, cada uma propondo caminhos distintos ao país; e das Forças Armadas, que acusavam a guarda pessoal do presidente de ter assassinado um oficial da aeronáutica, no caso que ficou conhecido como “Atentado da Rua Tonelero”, no Rio de Janeiro, envolvendo o principal opositor de Vargas, Carlos Lacerda, que saiu ferido no episódio. Tais fatores contribuíram para a falta de apoio político ao chefe do Palácio do Catete.

¹⁷ *Tribuna Popular*. 07/03/1947. p.04.

Na manhã do dia 24 de agosto de 1954, o país foi surpreendido com a notícia do suicídio de Vargas e a divulgação de uma carta atribuída ao presidente, que buscava justificar seu ato final dizendo:

[...] Aos que pensam que me derrotaram, respondo com minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do meu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do meu povo. Tenho lutado de peito aberto. (...) Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.¹⁸

O suicídio e a divulgação da carta testamento provocaram diversas manifestações populares em todo território nacional. No Rio de Janeiro ocorreram vários comícios denunciando a participação norte-americana neste desfecho trágico, culpando a UDN e as demais forças de oposição. As sedes dos jornais *O Globo* e *Tribuna da Imprensa* foram depredadas, o mesmo acontecendo com a *Rádio Globo*. A Embaixada e prédios de algumas empresas norte-americanas também foram atacados. Por todo o Brasil ocorreram manifestações de repúdio contra os “culpados” pela morte de Getúlio Vargas, “*o pai dos pobres*”.

Sua morte marcou profundamente a vida política nacional. Após meses de enfrentamento, parte da oposição se viu obrigada a recuar diante de tamanha manifestação popular. Até o suicídio de Vargas, por exemplo, o PCB fazia acirradas críticas ao governo acusando-o de servir ao expansionismo norte-americano e de se utilizar da violência e do terror contra o povo brasileiro. Após a tragédia, no entanto, depois de assistir a comoção nacional em nome do presidente, o PCB reformulou sua posição política.

Em sua edição de 25 de agosto de 1954, o jornal “*Imprensa Popular*”, que era do “Partidão”, acusava Vargas de ter o “imperialismo ianque” como padrão. Porém, no mesmo dia, uma nova edição do jornal foi elaborada, acusando os interesses imperialistas norte-americano de provocarem a morte de Getúlio Vargas e criticando o gabinete de seu sucessor, Café Filho, por “*ser formado por agentes furiosos dos monopólios de Wall Street*”.¹⁹

¹⁸ VARGAS, Getúlio. *Carta Testamento*. In: MEMORIAL GETÚLIO VARGAS. Exposição Virtual: VIII. Carta Testamento e Carta Despedida. Disponível em <<http://www0.rio.rj.gov.br/memorialgetuliovargas/>>. Acessado em 01/06/2016.

¹⁹ *Imprensa Popular*. 25/08/1954. p.1. ed.2.

A morte de Vargas e o seu notável prestígio póstumo propiciaram uma aliança política entre PCB e PTB, sendo a carta testamento incorporada ao programa dos petebistas como legítimo depositário da ideologia política de Vargas.²⁰



IMAGEM 02: Manchete para um artigo de Luiz Carlos Prestes

Fonte: *Imprensa Popular*. 26/09/1954. p.1. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

AS TRANSFORMAÇÕES IDEOLÓGICAS E OS RACHAS NO SEIO DO PCB

Em 1960, o PCB abriu um processo no TSE para excluir os referenciais ideológicos que marcavam de maneira “pejorativa” sua ligação com as teorias marxista-leninista, sob a justificativa de livrar o partido das acusações de espionagem para o governo soviético no cenário internacional da Guerra Fria. Embora permanecesse com sua sigla de origem – PCB – a nomenclatura da legenda foi modificada para Partido Comunista Brasileiro. Assim, para compreendermos a diferença entre PCB e PCdoB, é preciso destacar três momentos na história do partido. Em 1922, na sua fundação, era Partido Comunista do Brasil (PCB); em 1960, com o pedido ao TSE, mudou a nomenclatura para Partido Comunista Brasileiro, mantendo sua sigla de origem; e por fim, em 1962, ocorre a formação de um novo partido, a partir de uma ala dissidente do PCB, chamado Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Um dos principais motivos desse racha foi a mudança de postura do “Partidão”, que teria adotado uma nova identidade política, considerada menos radical e mais ligada às reformas sociais, contrariando os interesses de outros grupos dentro do partido. Não concordando com as novas medidas da legenda, um grupo fundou o PCdoB. A partir deste racha, surgiram outros grupos dissidentes, tais como a Ala Vermelha, a Organização

²⁰ Vargas conseguia, depois de morto, unir PTB e PCB, aliança que sempre teve dificuldades de construir durante a vida. Cf. FORTES, Alexandre. *Sul em chamas*. In: Revista Nossa História. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional: Vera Cruz, ago/2004. a.1. n.10. p.32.

Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP), o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), entre outros, mas que foge aos interesses desta análise.²¹

Entre 1945 e 1964, o PCB tornou-se um dos partidos com maior base social no país, todavia não aderiu plenamente à luta armada. A oscilação por uma “reforma” ou uma “revolução” sempre foi uma constante no partido e causou várias cisões. O Comitê Central do “Partidão” defendia que o “ideal socialista” só seria alcançado no Brasil após o avanço do seu estágio de desenvolvimento agrário para industrial, rumo ao estágio maior do socialismo, seguindo uma visão por etapas, evolucionista. Por isso, tendia a reforçar o discurso das reformas sociais e econômicas, via política institucional e pressão popular, em detrimento de uma tomada de poder pela força, via insurreição.²²

Em suma, podemos enfatizar que a trajetória do PCB contém certas peculiaridades em comparação aos outros partidos, tanto porque sua emergência se deu a partir de movimentos sociais, trabalhadores organizados e sindicatos, quanto por ter permanecido na ilegalidade durante a maior parte de sua existência, fazendo com que o partido atuasse politicamente dentro de variadas agremiações do jogo político legal.

AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS, A RENÚNCIA E O PLEBISCITO

A disputa no pleito presidencial de 1960 apresentava três principais candidatos: Jânio Quadros, governador por São Paulo, que em abril de 59 já lançava sua candidatura à presidência da República por um pequeno partido – o Partido Trabalhista Nacional (PTN) – apoiado por Carlos Lacerda e pela UDN; Ademar de Barros, do Partido Social Progressista (PSP), influente político paulista, que se candidatava ao cargo pela segunda vez, entusiasmado com os bons resultados que obteve na eleição presidencial de 55; e o general Henrique Lott, pela aliança PSD-PTB, trazendo João Goulart como candidato a vice-presidente.

Em sua campanha política, Jânio Quadros criticava a corrupção e a desestabilização financeira no governo do presidente Juscelino Kubistchek (1956-1960). Mesmo sem um

²¹ Este conflito no PCB também estava relacionado às denúncias dos crimes de Josef Stalin após sua morte. Seu substituto no governo soviético, Nikita Krushev, ao discursar no 20º Congresso do Partido Comunista, em 1956, acusou Stalin de reforçar o culto a sua personalidade, assassinar opositores e promover genocídio. Tudo isso, associado à repressão soviética contra uma revolta popular ocorrida na Hungria, no mesmo ano, gerando muitas tensões e rachas no interior do partido. Por outro lado, eventos como a Revolução Chinesa (1949) e a Revolução Cubana (1959), reforçaram outros repertórios de ação revolucionária socialista, motivando diversos militantes descontentes com os rumos do PCB. Cf. PANDOLFI, Dulce Chaves. *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Fundação Roberto Marinho, 1995.

²² *Ibidem*, p.185.

programa de propostas definido e desprezando os partidos políticos, atraía multidões com seus discursos. Todavia sua campanha de moralização política atraía também a conservadora UDN, que oficializou seu apoio em novembro de 1959. Sua figura política representava, sobretudo, as esperanças das elites antivarguistas, dos setores da classe média que primava pela defesa dos “bons costumes políticos” e sofria com o alto custo de vida, assim como a maioria dos trabalhadores.

O pleito presidencial de 1960 resultou na vitória de Jânio com 48% dos votos, com Lott em segundo (28%) e Ademar em terceiro (23%). João Goulart venceu a eleição para vice-presidência, embora seu candidato Lott tenha perdido. Naquele período, as candidaturas eram desvinculadas, ou seja, o eleitor podia votar no candidato a presidência de um partido e no vice-presidente de outro. O mesmo acontecia nas eleições estaduais e municipais. Se, por outro lado, a vitória de Jânio Quadros representava a ascensão dos udenistas ao poder, de outro, a vitória João Goulart revelou o nítido avanço do PTB.

O que poucos esperavam é que a renúncia de Jânio chegaria menos de sete meses depois da posse. No seu curto governo, Jânio Quadros manteve seu discurso crítico aos EUA, ao passo que condecorava um dos líderes da Revolução Cubana, Che Guevara, com a Ordem do Cruzeiro do Sul, negando-se a cortar relações políticas e econômicas com Cuba e tentando reatar relações com URSS (Janio já havia, inclusive, visitado a ilha de Fidel Castro em 1960, antes de sua campanha). Embora sua política internacional provocasse a Casa Branca, conseguiu efetivar acordos econômicos com o FMI.²³

Com a crise econômica herdada do governo JK, o novo presidente optou por um pacote ortodoxo de estabilização, envolvendo forte desvalorização cambial, contenção dos gastos públicos e da expansão monetária. Por fim, reduziu o subsídio para a importação de trigo e petróleo provocando um aumento de 100% nos seus derivados. Os credores internacionais concordaram com as medidas econômicas, estendendo o prazo da dívida externa. Porém, internamente Janio Quadros fica sem apoio político. PTB e PSD dominavam o Congresso. Carlos Lacerda e a UDN partiram para a oposição com acirradas críticas às ações do novo governo, sob a alegação de que o presidente agia sem consultar as lideranças

²³ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964), In: *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v.3. ed.2. p.208.

udenistas no Congresso. Além disso, sua Política Externa Independente (PEI) e seu apoio a políticas de reforma agrária causavam inquietações no meio político.²⁴

Vários fatores motivaram a renúncia de Jânio Quadros, ocorrida em 24 de agosto de 1961, quando Carlos Lacerda, governador da Guanabara, fez seu discurso em rádio denunciando uma tentativa de golpe janista com participação do ministro da Justiça Oscar Pedroso Horta, que o teria convidado para participar do golpe. Horta negou a acusação. No dia seguinte, Jânio comunicou ao Congresso Nacional sua renúncia. Durante a campanha, aliás, já havia ameaçado renunciar à candidatura caso não concordassem com suas ideias.

Por ocasião da renúncia do presidente, o vice João Goulart estava na China chefiando uma missão comercial e diplomática, daí as especulações de que Jânio teria apresentado sua renúncia visando ampliar seus poderes, acreditando que ela não seria aceita, frente a uma possível posse de Goulart. Mas as elites civil e militar, que desde 1954 ansiavam pelo poder, aceitaram sua renúncia e, ao mesmo tempo, tentaram impedir o retorno e a posse de Jango, como era conhecido o vice-presidente. Ele era “acusado” de ser comunista, por sua aproximação com os sindicatos e trabalhadores (urbanos e rurais), bem como por defender a reforma agrária. Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, criou a chamada Campanha da Legalidade, reivindicando a posse legítima de Jango como presidente.

Diante desses tensos impasses, a solução encontrada foi o parlamentarismo, onde João Goulart assumiria o governo, porém sem todas as suas prerrogativas, pois teria a figura do Primeiro Ministro, que na ocasião foi Tancredo Neves. Este novo regime, porém, deveria ser confirmado ou rejeitado pelos eleitores brasileiros por meio de um plebiscito, que foi realizado em janeiro de 1963.

Antes disso, ainda seriam realizadas eleições em outubro de 1962 para eleger governadores, vice-governadores, senadores, deputados federais, deputados estaduais,

²⁴ Há várias interpretações sobre a PEI. Nas palavras de Vizentini, uns analisam como uma estratégia coincidentemente utilizada para questionar o *status quo* vigente no mundo e negociar uma nova inserção internacional do país ou, dito mais claramente, renegociar o perfil da dependência. Outro argumento invocado centrava a atenção nas relações Brasil-Estados Unidos e sua crescente deterioração, entendendo a PEI como uma forma de reação nacionalista à hegemonia norte-americana. Em termos econômicos, a PEI pode ser considerada como uma reação à degeneração dos termos do comércio exterior devido, sobretudo à queda contínua dos preços das matérias-primas e produtos agrícolas – daí a busca constante de novos mercados. Por outro lado, pode ser entendida como um instrumento diplomático a serviço do interesse nacional, isto é, como elemento de apoio do processo de desenvolvimento industrial brasileiro. Outra abordagem vê a PEI como uma típica postura de país capitalista dependente que já esboça traços de um “sub-imperialismo”, reagindo à potência dominante e procurando garantir sua própria área de influência. E por último, uma análise sociológica interpreta a PEI primordialmente como resultado das transformações internas da sociedade brasileira – tais como o surgimento de novos segmentos sociais em função da acelerada urbanização e industrialização do país – e os efeitos políticos daí decorrentes. Segundo Vizentini, a Política Externa Independente do governo Janio Quadros constituiu-se como um projeto “coerente, articulado e sistemático que visava transformar a atuação internacional do Brasil”. Cf. *Ibidem*, p.212.

prefeitos e vereadores em todo o Brasil. Assim, tanto as eleições de 62, quanto o plebiscito de 63 (separados por apenas três meses), podem ser analisados em bloco, onde os debates foram marcados pela tensão política no país.

E o estado do Rio de Janeiro, para além da questão nacional, também passava por momentos tensos, pois seu governador, o petebista Roberto Silveira, faleceu após um acidente aéreo, em 1961. O vice-governador Celso Peçanha, do PSD, assumiu o governo, mas teve que se licenciar para concorrer a uma vaga ao Senado nas eleições de 62. Dessa forma, o estado do Rio acabou sendo governado pelo presidente da Assembleia Legislativa, o deputado estadual José Janotti, do PSD.

Para as eleições de 1962, o PTB lançou como candidato a governador Badger da Silveira, irmão de Roberto; e o Partido Social Trabalhista (PST) tinha Tenório Cavalcanti como candidato. Advogado e político influente da Baixada Fluminense, residindo em Duque de Caxias, tendo sido vereador por Nova Iguaçu na década de 1930 e vindo de três mandatos como deputado federal, Tenório contava inclusive com o apoio do PCB, diferente do que ocorria em nível nacional, onde PCB e PTB eram aliados. Por outro lado, em relação ao plebiscito de 63, Badger e Tenório (bem como o PCB) defendiam o retorno ao presidencialismo.

Na cidade de Nova Iguaçu, o PCB e seus militantes se abrigaram no PST, mesmo partido de Tenório, o que não era uma regra para os demais municípios da Baixada Fluminense, onde outros partidos foram utilizados como legendas emprestadas.²⁵

A VONTADE DO POVO IGUAÇUANO: ELEIÇÕES DE 62 E PLEBISCITO DE 63

Terminaram sem incidentes os trabalhos de apuração em Nova Iguaçu. Aluisio Pinto de Barros, do Partido Trabalhista Brasileiro, foi eleito Prefeito do município, com 19.685 votos. O Vice-Prefeito eleito, Sr. João Luis do Nascimento, é do PR [Partido Republicano] tendo totalizado 15.808 sufrágios. Badger da Silveira venceu as eleições para Governador [na cidade] com 28.553 votos e João Batista da Costa, para Vice-Governador, com 20.231. Aarão Steinbruch e Vasconcelos Torres foram os candidatos mais votados para Senador, respectivamente com 24.199 e 16.196 votos.²⁶

²⁵ O PST foi fundado em 1946, por dissidentes do PTB, tendo sido registrado provisoriamente com o nome de Partido Proletário do Brasil. Seu registro definitivo, já com o nome de Partido Social Trabalhista foi obtido em 1947. Cf. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Disponível em <www.tse.jus.br/hotSites/registro_partidario/pst/registro_Provisorio.htm acessado em 04/032016>. Acessado em 20/04/2016.

²⁶ *A Noite*. 23/10/1962. p.7.

O Grêmio Recreativo de Andrade Araújo realizou a festa da vitória, em homenagem aos candidatos eleitos no pleito de 07 de outubro. Ao ato, compareceram os Deputados Federais: Edézio da Cruz Nunes, Getúlio de Moura, Adão Pereira Nunes e Roberto S. Braga; o prefeito Aluísio Pinto de Barros, primeiro prefeito petebista do município; deputados Estaduais: José Montes Paixão, Valter Faria Pacheco e Elzio Ramalho; Vereadores: Ismael Ramos e Moacir da Silva Rocha. Na oportunidade, o Deputado Edésio da Cruz Nunes lançou em Nova Iguaçu, a campanha do Plebiscito. Frisando que o mesmo será a voz do povo na escolha entre Parlamentarismo e o Presidencialismo, é a volta ao povo do direito de escolher o Presidente. Os Deputados Getúlio de Moura, Adão Pereira Nunes e Roberto S. Braga, salientaram também a importância do comparecimento do povo às urnas em 06 de janeiro próximo.²⁷

Nova Iguaçu ganhou destaque no jornal *Última Hora*, logo após a apuração das eleições de 1962. Políticos fluminenses comemoravam, em um evento na cidade, a vitória no pleito ocorrido em 07 de outubro daquele ano. Na ocasião, também lançaram a campanha para o plebiscito que seria realizado em 06 de janeiro de 1963, em defesa do presidencialismo e dos plenos poderes ao vice-presidente eleito pela vontade popular. Vale ressaltar que, desde a década de 50, a Baixada Fluminense já configurava como o maior colégio eleitoral do Estado do Rio e o município de Nova Iguaçu representava uma fatia significativa desse eleitorado.

Nas eleições de 1962, a cidade elegeu pela primeira vez um prefeito do PTB, Aluísio Pinto de Barros, que tinha sido eleito como vice no pleito anterior²⁸. Na Câmara Municipal, entre os três vereadores eleitos pelo PST, estava o comunista Ismael Ramos. Para a Assembleia Legislativa do Estado, o partido também elegeu um comunista, o deputado estadual, Elzio Ramalho.

Terminaram ontem neste município, após duas semanas, os trabalhos de apuração do pleito. Eleitos: Aluísio Pinto de Barros, Prefeito, e João Luiz, vice. Os candidatos mais votados: [PTB] Para Deputados Estaduais: Walter Faria Pacheco, Zorly Martins e Antônio Gaspar; Vereadores: Antônio Mesquita Filho, Bolivar da Assumpção e Antônio Mota (...); [UDN] Para Deputados Estaduais: Luiz Guimarães e Darcilo Ayres Rainheit, e para Vereadores: Sebastião Pereira Portes, Geraldo Miquelloti e José Ignácio Gonçalves (...); [PSD] Para Deputados Estaduais: José Montes Paixão e José Haddad, para Vereadores: Walter Borges Pereira, Hélio de Carvalho (Casadura) e José de Lima (...); [PSP] Para Deputados Estaduais: César Augusto de Figueiredo e Geraldo Couto e para Vereadores: Adjovaldo da Silveira e Mauro Miguel (...); [PR] Para Deputados Estaduais: Joaquim Fernandes, para Vereadores: Adecard Aguiar e Sérgio Gaspar (...); [PST] Para Deputados Estaduais: Ary Schiavo e Elzio Ramalho e para Vereadores: Armando Dias, Naim André e Ismael Ramos (...); [PSB] Para Deputados Estaduais: Abdiel Duarte e Paulo Leone, e para Vereadores: Otávio da Silveira Andrade e Artgnan Rodrigues (...); [PDC] Para Deputados Estaduais: José Jorge e para Vereadores: Valcir de Almeida e Romário Alves de Araújo (...).²⁹

²⁷ *Última Hora*. 11/12/1962. p.?

²⁸ *O Fluminense*. 06/02/1962. p.3.

²⁹ *Correio da Lavoura*. 21/10/1962. p.1.

Ismael Ramos e Elzio Ramalho, candidatos pelo PST em Nova Iguaçu, mantinham estreita relação política com Luiz Carlos Prestes, Tenório Cavalcanti, Adão Pereira Nunes, Aarão Steinbruch, Jorge David, entre outros partidários das Reformas de Base. Ismael Ramos foi eleito vereador com 562 votos e Elzio Ramalho a Deputado Estadual com 4.090 votos. Ambos tiveram um papel relevante no cenário político iguaçuano deste período.

Poucos meses depois da eleição, a população de Nova Iguaçu disse “não” ao ato adicional que instituiu o parlamentarismo no país. Na apuração do plebiscito, 88% dos eleitores iguaçuanos decidiram pelo retorno ao antigo sistema de governo, o presidencialismo, alcançando inclusive uma percentagem superior ao resultado nacional, que foi de 82%.

TABELA 02: Resultado do Plebiscito de 1963 em Nova Iguaçu

OPÇÕES DE VOTO	VOTAÇÃO	PERCENTAGEM
SIM (pelo Parlamentarismo)	5.856	8%
NÃO (pelo Presidencialismo)	66.669	88%
BRANCO	941	1%
NULO	2.030	3%
TOTAL DE VOTANTES	75.496	100%

Fonte: *O Fluminense*. 08/01/1963. p.1 e 10/01/1963. p.3. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

O povo decidiu pelo regime presidencialista, devolvendo a João Goulart sua condição plena de governante do Brasil. Porém, a desestabilização política e econômica no país, as ameaças de encampação das empresas norte-americanas, somadas aos desdobramentos da Revolução Cubana, provocam apreensão no governo de Washington, que via o governo Jango como “esquerdista”, devido à campanha pelas Reformas de Base e suas aproximações com o PCB. Como os comunistas defendiam a expropriação e a estatização dos capitais, dos bens e das propriedades dos agentes imperialistas e da burguesia; a criação de cooperativas entre os trabalhadores e a expropriação dos latifúndios visando à distribuição da terra aos camponeses, torna-se claro o *porquê* dos grupos economicamente dominantes se unirem contra o governo de João Goulart.

Capítulo 2:

TRAJETÓRIAS E FORÇAS POLÍTICAS EM NOVA IGUAÇU

Embora, a cada eleição, o PCB demonstrasse uma potencial capacidade política e eleitoral (infiltrado em outras legendas), sua representação no município de Nova Iguaçu não tinha peso para confrontar com as forças políticas tradicionais que se mantinham, ou se revezavam, por décadas na administração pública local, defendendo seus próprios interesses econômicos. Em grande medida, as principais forças políticas da cidade se encontravam no empresariado, ou mais precisamente na Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu (ACINI). Inclusive, o próprio militante comunista Ismael Ramos mantinha vínculos com a entidade, pois era proprietário de uma rede de farmácias na cidade.

Dessa forma, o presente capítulo busca mapear as principais forças políticas atuantes em Nova Iguaçu no início da década de 1960 e analisar algumas dessas trajetórias.

A SOMBRA COMUNISTA

(...) [Agora] era um único partido que manobrava a Nação, o governo federal, o governo estadual, o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara, todos pertenciam a um só mando. (...) [Disse] que trabalhara durante oito anos, em prol do engrandecimento do município muito embora fosse de partido diferente [do então governo] (...). Que as lutas haviam sido tremendas. O Código Tributário, os projetos que dariam o engrandecimento de Nova Iguaçu. Disse o orador que infelizmente não se fazia democracia no Brasil. Faz-se luta política. (...) [E que] deixava o Legislativo com a consciência tranquila de ter cumprido com o seu dever.³⁰

Na reunião de encerramento das atividades dos vereadores de Nova Iguaçu eleitos em 1958 e que exerceram seu mandato até janeiro de 1963, o vereador Nilo Dias Teixeira, do PTB, ocupou a tribuna para enfatizar a vitória do seu partido nas eleições de 62 e no plebiscito que vetou parlamentarismo, pois os petebistas agora estavam à frente dos governos federal (com João Goulart), estadual (com Badger da Silveira) e municipal (com Aluísio Pinto de Barros). Durante a explanação, que marcava o encerramento do seu mandato, pedia aos novos parlamentares que observassem os arquivos da Câmara, pois lá encontrariam os projetos que o Executivo Municipal vetou, reclamando que a “politicalha” não permitia que nos distritos, seus representantes pudessem trabalhar. A declaração de Nilo Dias Teixeira

³⁰ Câmara Municipal de Nova Iguaçu (CMNI). *Livro nº 08 (de 29/09/61 a 07/10/1963)*. fls.129v-132.

deixava claro que a elite política local se mantinha no poder de variadas formas, ora se revezando, ora fazendo alianças, visando sua permanência no poder.

Analisando os cinco últimos pleitos municipais na cidade de Nova Iguaçu, de 1947 a 1962, é possível perceber uma forte presença udenista, que permaneceu no poder de 47 a 50; perdeu em 54 para o PSD, mas retornou ao governo municipal em 58, com Sebastião Arruda Negreiros, que já havia governado Nova Iguaçu como interventor na década de 1930 e entre 1947-1950, após ter vencido a primeira eleição municipal pós Estado Novo (1937-1945).

TABELA 03: Relação dos prefeitos eleitos em Nova Iguaçu (1947-1962)

ELEIÇÃO	PREFEITO ELEITO	PARTIDO
1947	Sebastião Arruda Negreiros	UDN
1950	Luiz Guimarães	UDN
1954	Ary Schiavo	PSD
1958	Sebastião Arruda Negreiros	UDN
1962	Aluísio Pinto de Barros	PTB

Fonte: Compilação de dados do jornal *Correio da Lavoura* e dos livros de ata da Câmara Municipal. Acervo do CEDIM e da CMNI.

Essa hegemonia udenista na cidade sofreu um pequeno revés na eleição de 1954, com a vitória do candidato a prefeito Ary Schiavo, à época no PSD; e no pleito de 1962 novamente um opositor foi eleito, tendo Nova Iguaçu pela primeira vez um prefeito do PTB. Na ocasião, Schiavo foi candidato a deputado estadual pelo PST e apoiou o petebista.

Ary Schiavo era comerciante e tabelião no município de Nova Iguaçu, chegando também a ocupar o cargo de subdelegado. Foi vereador entre 1947 e 1950, prefeito em 1954 pelo PSD e eleito pela segunda ao cargo em 1966 pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), já na ditadura militar, tendo seu mandato cassado no ano seguinte.

O udenista Luís Guimarães era advogado e iniciou na vida política como vereador em Nova Iguaçu, entre 1947 e 50. Foi eleito prefeito em 1950 e deputado estadual em 1962. Mais tarde, seguindo carreira na área do Direito, tornou-se desembargador do Estado do Rio de Janeiro.

Já o trabalhista Aluísio Pinto de Barros era tabelião do Cartório do 4º Ofício de Nova Iguaçu. Eleito pelo PTB e bastante ligado aos grupos que defendiam a reforma agrária. Por isso, acreditamos que o petebista seria pouco querido pela elite latifundiária, tendo em visto que conhecia as manobras cartoriais empregadas contra os posseiros da região, na guerra entre grileiros, proprietários e trabalhadores rurais.

Podemos dizer que a elite tradicional iguaçuana se manteve na governança do município com o apoio dos partidos com maior bancada parlamentar na cidade. Preocupadas com a penetração das ideias tidas como “revolucionárias” nas periferias, principalmente nos bairros mais pobres e distantes do centro, carentes de políticas públicas, as forças políticas conservadoras iguaçuanas passaram a rechaçar alguns movimentos reivindicatórios que se destacavam na região.

O próprio vereador Nilo Dias Teixeira defendia a reforma agrária, condenava à grilagem, a exploração dos posseiros, a violência no campo, daí sua explanação em seu último dia no plenário, alertando aos novos vereadores para a necessidade de se conhecer os projetos vetados pelo Executivo durante o pleito que se encerrava, ou seja, no governo da UDN.

Vale observar que a composição da vereança iguaçuana, eleita no pleito de 1962, indicava uma base majoritária no parlamento ao novo governo petebista, ao menos no início do mandato.

Por outro lado, na mesma sessão de encerramento do mandato dos vereadores eleitos em 1958, ocupou a tribuna o vereador Abdiel Duarte, que foi candidato a deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) em 62 e também se despedia da Câmara Municipal.

(...) Desejava falar sobre algo que lhe tinha chegado ao conhecimento. (...) Que, infelizmente, a traição já se antecipava aos olhos de todos. Que o Executivo, que irá se instalar, já dava mostra dessa traição, pois lhe fora mostrado, que um dos homens de confiança do futuro prefeito, era um “cidadão” cassado pela justiça do País. Que a desmoralização já se apresentava dando mostra do que será a próxima administração do Município. Referiu-se ao novo Prefeito, para que o mesmo tenha pelo menos, a dignidade, a honorabilidade do Prefeito atual. Não era amigo do Dr. Sebastião Arruda Negreiros, mas que o mesmo não merecia a injustiça de um ataque a sua integridade moral.³¹

A traição que tanto incomodava Abdiel Duarte era a posição de vice-líder do novo governo do PTB, que seria ocupada pelo vereador comunista Ismael Ramos na bancada da Câmara. Naquela mesma sessão de encerramento, o Vereador Russani Elias José, do PSD, declarava seu apoio ao colega Abdiel Duarte em protesto à presença comunista na Câmara, questão que ficou subentendida.³²

Ismael Ramos já na década de 1940 se identificava com o “Partidão”, tendo assinado um manifesto da Comissão Municipal de Nova Iguaçu Pró Candidatura de Yeddo Fiuza à

³¹ CMNI. Livro nº 08 (de 29/09/61 a 07/10/1963). fls.129v-132.

³² Convém ressaltar que esta ata de encerramento do período legislativo não apresenta as assinaturas, ao final do texto, dos vereadores.

presidência da República, em 1945, e posteriormente atuado como dirigente do comitê municipal do partido (clandestino) em Nova Iguaçu, juntamente com Élzio Ramalho e Paulo Coutinho, contando ainda com a “assistência” do petebista Nilo Dias Teixeira, em reuniões que eram realizadas na Travessa Rosinda Martins, nº 78, sala 306, no centro da cidade.³³

Segundo sua ficha individual arquivada na polícia política do Rio de Janeiro (BNM-279, processo nº 12807), Ismael Ramos já era investigado desde o dia 17 de julho de 1950 por exaltação ao PCB e por realizar reuniões de cunho subversivo no interior da Farmácia São Jorge, de sua propriedade, em Nova Iguaçu. Este documento, anexado a um inquérito que foi instaurado após o golpe de 1964 para investigar “comunistas” e “subversivos” na região, citava ainda, em 02/06/1952, que o fichado pertencia à Diretoria do Conselho de Paz de Nova Iguaçu, onde assinou os convites para comemoração de mais um aniversário do término da guerra, a ser realizada em 08 de maio daquele ano.³⁴

12807

IDENTIDADE: IPM/709 - ISMAEL RAMOS

PROFISSÃO: Farmaceutico

FILIAÇÃO: Francisco Apolonio Ramos e Isabel Rosa de Moura

IDADE: Nascido em 9-9-1916

DADOS: Ex-vereador em N. IGUAÇU - CASSADO

INSTRUÇÃO:

UNIDADE OU LOCAL DE TRABALHO: Rua Mal. Floriano nº 7

RESIDÊNCIA: Rua da Concórdia 758 - NOVA IGUAÇU.

DATA	FONTE	HISTÓRICO
--	DOPS/RJ	Doc 53/20 - Em 2-6-52 foi transcrito trecho da "parte de serviço", datada de 17-7-50, na qual é mencionado // que o prontuário exalta o Partido Comunista do Brasil e promove reuniões no interior da Farmácia São Jorge, // de sua propriedade, situada em Nova Iguaçu. Em 2-6-52, como membro da Diretoria do Conselho de Paz de Nova Iguaçu, assinou os convites para a comemoração de mais um aniversário do término da guerra, a ser realizada em 8 de maio de 1962.
--	IPM/709	Doc 1723/31 - Citado por Oswaldo José Vicente, em seu depoimento, como um dos dirigentes do Comitê Municipal do PCB de Nova Iguaçu e ter sido eleito para vereador / da referida cidade, pelo PCB, em 1962.

IMAGEM 03: Ficha de Ismael Ramos elaborada durante investigações pós golpe de 1964.

Fonte: BNM nº 279. Processo 12.807. s/d. Acervo do Projeto Brasil Nunca Mais Digital

³³ *Tribuna Popular*. 27/11/1945. p.8; *Imprensa Popular*. 14/10/1951. p.2 e 21/10/1951. p.5. Para além das atividades políticas, Ismael Ramos também foi acusado de assassinato, em meio a um “duelo à bala”, conforme reportagem publicada pelos jornais à época, sob o título “*Série de crimes abalou Município de Nova Iguaçu*”. *A Noite*. 30/11/1961. p.8.

³⁴ Projeto Brasil Nunca Mais (BNM). BNM nº 279. Processo 12.807. s/d.

Desse modo, ao utilizarmos a noção de “sombra”, sugerimos que a presença de novos representantes legislativos adeptos do comunismo (e seus aliados) incomodava a elite política estabelecida na cidade. E isso ocorria não somente na política partidária, mas também na associação comercial de Nova Iguaçu, onde os comunistas Ismael Ramos e Elzio Ramalho atuavam e se envolviam em diversos conflitos contra os interesses das classes empresariais, sendo acusados pelos adversários de exercer “atividades subversivas” no interior da ACINI.

A ACINI, O “MONSTRENGO” E OS SONHOS DE GRANFINO

A Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu (ACINI) foi fundada em 23 de maio de 1945, que, além de notável instituição econômica, também enveredou no cenário político iguaçuano.³⁵

Em 21 de novembro de 1959, a Câmara Municipal foi convocada para discutir a Resolução Tributária nº 805, proposta pela prefeitura, que aumentava a taxa de contribuição municipal entre 500 e 1500 por cento. O comércio e a indústria da cidade travaram um pé-de-guerra com a prefeitura e a ACINI se manifestou publicamente contra a medida, convocando os trabalhadores para uma paralisação em prol da redução da taxa extorsiva imposta pelo Executivo Municipal. Para promover tamanha reivindicação, foi criada uma Comissão Executiva Contra o Novo Código Tributário, reunindo milhares de trabalhadores dos estabelecimentos comerciais, juntamente com todo o parque industrial estabelecido no município.

(...) Nosso prefeito [refere-se ao udenista Sebastião Arruda Negreiros] é um homem de muita idade – quase 80 anos – e quem o faz cometer esses desatinos é o Sr. Mario Guimarães, Secretário do Interior e Justiça do Estado do Rio (...). Não só o Sr. Mario Guimarães teve participação ativa nesse aumento estúpido. Segundo denúncias públicas, certos vereadores foram subornados para votarem favoravelmente ao novo Código Tributário. Por causa da insensatez e leviandade dos participantes desse delito, cerca de 250 mil pessoas que habitam nos seis distritos do município ficarão sem poder fazer suas compras diárias. Se tal aumento for mantido, o povo é quem deverá pagá-lo: os gêneros terão de ser todos majorados para que o comércio faça frente aos impostos.³⁶

³⁵ Embora tenha sido criada em 1942, a ACINI só foi oficializada em 1945, sendo reconhecida como de utilidade pública através da Resolução nº 591/1957. Disponível em <<http://acini.com.br/acinihist.htm>>. Acessado em 12/06/2016.

³⁶ *Diário de Notícias*. 23/01/1960. p.9. Interessante observar que Mario Guimarães era advogado, residia em Nova Iguaçu e militava no mesmo partido do prefeito, a UDN, tendo ocupado os cargos de deputado estadual, federal e presidente da caixa Econômica Federal. Durante o mandato do governador fluminense Roberto Silveira, assumiu a Secretaria do Interior e Justiça. Disponível em <<https://centrodememoriadeni.wordpress.com/av-dr-mario-guimaraes/>>. Acessado em 12/06/2016.

Convém destacar que o autor desta declaração, veiculada na imprensa e apoiada pela ACINI, foi o militante comunista Elzio Ramalho, então presidente da União Nacional dos Servidores Públicos e Civis do Brasil, seção Nova Iguaçu.

Sob o título “*Nova Iguaçu Parou: Comércio Não Aceita Novos Impostos*”, a publicação denunciava a problemática econômica que a sociedade iguaçuana enfrentava naquele momento, bem como revelava a força representativa da ACINI contra o então prefeito Arruda Negreiros, apoiado pelo Sr. Mário Guimarães, então Secretário do Interior e Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

A resistência ao novo Código Tributário, apelidado de “Monstrengo”, começou na ACINI e no Sindicato do Comércio Varejista. Os representantes destas entidades buscaram dialogar com o prefeito “janista” Arruda Negreiros (alcunha criada pela oposição) e com os vereadores que o apoiavam, chamando a atenção para os efeitos danosos sobre a economia do município, caso o código fosse implementado. Outras entidades como sindicatos, associações de bairros e grupos estudantis promoveram uma rede de relacionamento com a sociedade através de assembleias em suas sedes, visando um melhor entendimento com os vereadores na busca da revogação do código tributário. Apesar do descontentamento generalizado, o prefeito Arruda Negreiros manteve sua posição, juntamente com a Câmara Legislativa, executando, assim, um golpe na sociedade iguaçuana.

Durante as manifestações contra o código, que se estenderam até o ano eleitoral de 1962, os comunistas mobilizaram o povo contra os aumentos abusivos de tarifação tributária na cidade, apoiaram a greve contra o atraso de pagamento dos salários do funcionalismo público municipal e também denunciaram a carestia, quando donas-de-casa e consumidores em geral saíram para protestar no centro da cidade de Nova Iguaçu, para ser mais exata, nas imediações da Praça de Liberdade.

Os estudantes da cidade também não se calaram. Desde as primeiras notícias sobre a proposta da prefeitura em aumentar impostos, ao final do ano de 1959, eles saíram às ruas. De acordo com a reportagem do jornal *Novos Rumos*, intitulada “*Código Tributário: Povo apelidou de ‘Monstrengo’*”, no dia 05 de dezembro os estudantes promoveram um cortejo simbólico representando o funeral da figura política do Prefeito e dos Vereadores, que defendiam a aprovação do novo código. E os estudantes receberam o apoio da população. Depois desta ocorrência, a campanha ganhou novo formato. A partir daí, entidades representativas dos diferentes setores da sociedade empreenderam uma nova estratégia. Foi

então criada a Comissão Executiva Contra o Código Tributário, que uniu o comércio, a indústria, os operários, os estudantes e o povo em geral num movimento uníssono. A partir deste ponto, a exigência popular era a revogação da “Resolução 805”.

Em 21 de dezembro de 1959 ocorreu um grande comício no centro da cidade. O comércio e a indústria fecharam as portas às 12 horas atendendo ao apelo da comissão contra o código. No dia 05 de janeiro de 1960, novamente a população saiu às ruas em protesto, o comércio parou, as indústrias dispensaram seus operários e todos se reuniram no centro da cidade, aguardando a decisão da Câmara Municipal sobre o projeto de revogação da Resolução 805. Com a presença da Polícia Militar, foi aprovada a Resolução Tributária por 10 votos contra 8. Noticiada a decisão, formou-se um grande comício na praça central da cidade, onde vereadores como José Montes Paixão, Jorge Lima, Russani Elias, Jaci Modesto, Abdiel Duarte, Walter Borges e Nilo Dias Teixeira se uniram ao povo nos protestos que se sucederam.

Com o crescente movimento de protestos contra o novo código, o prefeito Arruda Negreiros enviou uma mensagem à Câmara pedindo a revisão das taxas e impostos. Os manifestantes decidiram aguardar, por alguns dias, qual seria a decisão desse pedido. Em caso negativo, uma nova paralisação seria realizada.³⁷

Para azar do prefeito, o seu funcionalismo andava descontente com o salário-mínimo vigente, de Cr\$3.000,00 (três mil cruzeiros), e lutavam por uma remuneração mensal de Cr\$5.800,00 (cinco mil e oitocentos cruzeiros). Os servidores municipais então se aproximam da luta popular contra o extorsivo aumento de impostos. A sociedade iguaçuana estava unida contra o código municipal.

A Comissão Executiva Contra o Novo Código Tributário tinha como sede o prédio da ACINI, onde eram organizadas reuniões diárias para criar estratégias que possibilitassem a derrubada do código. Os principais integrantes da comissão eram os presidentes da ACINI, do Sindicato do Comércio Varejista, da União Iguazuana dos Estudantes, dos sindicatos dos trabalhadores em produtos químicos, dos metalúrgicos, dos trabalhadores em cerâmicas, dos rodoviários, da União Nacional dos Servidores Públicos e Civis do Brasil (seção municipal), das associações dos trabalhadores em construção civil, em artefatos de borracha, dos empregados do comércio e de quinze centros pró-melhoramentos (organizações de bairros). Interessa dizer que um grupo de estudantes empenhado nesta campanha organizava caravanas

³⁷ *Novos Rumos*. 29/01 a 04/02/1960. p.11.

semanais pela cidade para propagar as decisões tomadas pelo Executivo e Legislativo do município, denunciando nominalmente todos os vereadores que votaram contra os interesses do povo e os demais políticos que apoiavam a Resolução 805. Nessas caravanas, os estudantes também reforçavam suas posições políticas contra o “Monstrengo”, o novo código tributário.³⁸



IMAGEM 04: Manchete sobre a greve em Nova Iguazu contra o novo código tributário.

Fonte: *Diário de Notícias*. 22/01/1960. p.1. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³⁸ *Novos Rumos*. 12 a 18/02/1960. p.11.

Aqui se verifica que diversas forças políticas estavam reunidas, naquele momento, por discordâncias em relação às decisões político-econômicas do chefe do Executivo Municipal, mobilizando grupos de pessoas contrárias à nova tarifação decretada para solucionar o déficit orçamentário da prefeitura e ao atraso salarial dos seus servidores.

Entretanto, ao longo dessas manifestações, os comunistas foram acusados de incitar o “quebra-quebra” contra os mercados varejistas que estariam escondendo, em estoque, produtos de primeira necessidade, tabelados pelo governo para tentava coibir o aumento abusivo.

Na ocasião, o presidente da ACINI era Sílvio Coelho, um importante empresário varejista da Baixada Fluminense, residente em Nova Iguaçu ³⁹. Ele era um dos sócios-proprietários do Mercado São José, que sofreu depredação. A partir daí, iniciou-se uma contenda. De um lado, os “comunistas” que animavam o povo contra os empresários “gananciosos”; de outro, os empresários “gananciosos” descontentes com o prejuízo em seus estabelecimentos e a desordem popular provocada pelos “comunistas”. Jornais cariocas chegaram a noticiar acusações do presidente da ACINI aos comunistas, afirmando que ele iria “a forra de qualquer jeito”.

(...) Os proprietários do Mercadinho São José, Srs. José Coelho e Silvio Coelho, afirmam que agirão dessa forma contra o Sr. José Brigagão, médico da localidade, e Ismael Ramos, dono da Drogaria Iguaçu, por acharem que estes, comunistas declarados, foram os que acirraram o público a cometer cenas de vandalismo contra sua casa de comércio (...).⁴⁰

Segundo o jornal *A Noite*, o conflito entre militantes comunistas e comerciantes pôs o delegado da cidade, Rogério Monte Karp, de sobreaviso. Além disso, a matéria veiculava denúncias de moradores de Nova Iguaçu informando que os empresários Sílvio Coelho e José Coelho haviam adquirido armas de guerra (metralhadoras INA e COLT 45), preparando-se para um possível revide. A informação foi negada pelo próprio Sílvio Coelho em carta publicada pelo mesmo jornal, dias depois.

(...) Sr. Redator, somente hoje, trazido por um amigo, tive a oportunidade de ler, com surpresa, na edição do dia 12 de julho passado desse conceituado jornal, sob título ‘*Nova Iguaçu a Pique de um Novo Quebra-quebra*’, um noticiário relacionado com a minha pessoa, com a de meu irmão José Coelho, e com a organização

³⁹ Consta nos assentamentos da ACINI que o empresário Silvio Coelho presidiu a entidade nos seguintes períodos: de 1961 a 1963, 1967 a 1975, e de 1981 a 1983. Disponível em <<http://acini.com.br/acinihist.htm>>. Acessado em 12/06/2016.

⁴⁰ *A Noite*. 12/07/1962. p.7.

comercial de minha propriedade, ‘Mercado São José’, focalizado os incidentes ocorridos quando da crise gerada pela greve então deflagrada, noticiário esse que não corresponde à realidade dos fatos e deve ter-se originado em informas maliciosos transmitidos por alguém interessado em comprometer-nos e as pessoas outras, também mencionadas na notícia. É absolutamente falso que estejamos planejando ataques às sedes de sindicatos ou estabelecimentos comerciais nesta cidade, em revide pelos prejuízos que sofremos. Menos verdadeiro, ainda, que tenhamos adquirido armas de guerra para empreender tais ataques. Inverídica, também, a notícia de que o Dr. José Brigagão, conceituado médico deste município, pessoa de nossa estima, estivesse ligado como insuflador, às depredações e ao saque de que foi alvo o ‘Mercado São José’. Trata-se de um cidadão da mais alta respeitabilidade e responsabilidade, incapaz de se envolver, direta ou indiretamente em movimentos da natureza dos aqui ocorridos e que, segundo estou seguramente informado no dia daqueles fatos lamentáveis encontrava-se de plantão no Hospital Rocha Faria, no Estado da Guanabara, onde exerce a sua humanitária profissão. Retificando nos pontos abordados, o noticiário em causa, rogo-lhe que, em obediência à ética jornalística, tão sincera e lealmente cultivada por esse órgão, acolha a presente em suas colunas.⁴¹

Confrontando o primeiro noticiário e a carta-resposta de Sílvio Coelho, fica evidente que a questão do conflito é a disputa pela representação política entre o presidente da ACINI e o candidato comunista Ismael Ramos, que estava em campanha eleitoral para vereador naquele momento da contenda. Tanto é que, na carta de Sílvio Coelho ao jornal *A Noite*, o autor deixa claro sua admiração somente pelo Dr. José Brigagão, que também era acusado ao lado de Ismael Ramos. Meses depois, em novembro, o Dr. Brigagão foi homenageado na Câmara Municipal com o título de Cidadão Iguaçuanos, em solenidade concorrida pelas maiores autoridades locais.⁴²

Neste contexto, começavam a despontar conflitos entre grupos que, até então, estavam atuando em parceria contra o novo tributário, ou seja, era a ACINI (leia-se grandes empresários) contra os “comunistas” e seus aliados. E tudo isso foi intensificado durante a campanha eleitoral de 1962.

Interessante observar que, ao longo desse movimento contra o “Monstrengo”, a ACINI se fortaleceu ainda mais no campo político iguaçuano, principalmente no que tange ao seu poder de barganha junto ao governo municipal, que saiu enfraquecido após tantas manifestações.

E essa relação entre a ACINI e a prefeitura chegou a ser questionada na Câmara Municipal. Em uma sessão legislativa ocorrida em 23 de março de 1962, o Vereador Russani

⁴¹ *A Noite*. 17/08/1962. p.6.

⁴² CMNI. *Livro nº 08 (de 29/09/61 a 07/10/1963)*. fls.110v-112. Porém, ressaltamos que Brigagão era comunista, assim como Ismael Ramos, e Sílvio Coelho um empresário em expansão. A questão era o prestígio pessoal e político que a figura de Brigagão, como médico, representava no cenário político iguaçuano.

Elias José criticava a colocação de faixas na rua noticiando que obras de calçamento na cidade estavam sendo realizadas a pedido da ACINI, “*num flagrante desprestígio do Legislativo, que tinha suas razões para duvidar da idoneidade dessa Associação com relação ao Código Tributário e outras promessas não cumpridas*”.⁴³

A ACINI se apropriava, segundo as palavras do vereador, de políticas públicas promovidas pelo erário municipal para se colocar como “reivindicadora das benesses atendidas”, numa flagrante autopromoção.⁴⁴

Simultaneamente, o espaço político-econômico conquistado pelo grupo da família Coelho – representado pelo presidente da ACINI – se alargou em um curto espaço de tempo. Não demorou muito para que o empresário do ramo varejista, Silvio Coelho, passasse a investir no setor industrial de produtos derivados de milho, mandioca, entre outros cereais, adquirindo a empresa Irmãos Coutinho S/A, em Nova Iguaçu, que tinha como carro-chefe a farinha de milho (fubá). Após um concurso popular, o produto recebeu o nome de “Granfino”.

(...) Em 1963, a Granfino ganhou grande impulso ao ter seu controle acionário adquirido pelos Irmãos Coelho, proprietários de mais de duas dezenas de mercearias, localizadas em sua maioria na Baixada Fluminense. Com a experiência adquirida como atacadistas de cereais, os Irmãos Coelho impuseram novo ritmo à empresa. Tendo como suporte um projeto industrial polivalente e moderno, ampliaram sua unidade fabril, surgindo assim as Indústrias Granfino S.A. (...).⁴⁵

Nesse contexto, percebe-se quão foi importante a participação destes atores acima mencionados em lutas políticas ocorridas na cidade de Nova Iguaçu, entre o final da década de 1950 e início dos anos 60. O episódio do novo código tributário e seus desdobramentos configurou como um notável exemplo das diferentes estratégias adotadas pelos comunistas e pelos empresariados, ambos representados dentro da ACINI, entidade que, apesar das contradições, despontou como uma importante força política iguaçuana neste período.

⁴³ CMNI. Livro nº 08 (de 29/09/61 a 07/10/1963). fl.50v.

⁴⁴ Em outras oportunidades, também verificamos que a ACINI buscou angariar dividendos políticos ao patrocinar na cidade uma campanha de vacinação em massa contra a paralisia infantil e “congratular-se” pela defesa de causas econômicas no município. Cf. *Correio da Lavoura*. 17/06/1962. p.2; e *Última Hora*. 21/02/1963. p.9.

⁴⁵ GRANFINO. *Empresa: história e linha do tempo*. Disponível em < <http://www.granfino.com.br/empresa-historia-e-linha-do-tempo>>. Acessado em 30/05/2016. Atualmente, o grupo Granfino investe no setor de alimentos industrializados para consumo humano e de animais, tendo um parque industrial composto por cinco unidades fabris, reunindo mais de 600 funcionários que trabalham nos setores de industrialização, beneficiamento, embalagem e distribuição.

Capítulo 3:

ISMAEL RAMOS E SEU PAPEL NO LEGISLATIVO IGUAÇUANO

Seguindo os vestígios registrados nas atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu, no período entre janeiro de 1963 a abril de 1964, buscarei compreender a breve atuação política do vereador comunista Ismael Ramos, que teve seu mandato cassado após o movimento civil-militar que destituiu João Goulart da Presidência da República.

Conforme já salientamos, o pleito de 1962 em Nova Iguaçu empossou o prefeito Aluísio Pinto de Barros, do PTB, e dezenove vereadores (além de quatro suplentes que assumiram ao longo do mandato). Na Câmara, eram três representantes do PTB, três da UDN, três do PSD, dois do PSP, dois do PR, dois do PSB, dois do Partido Democrata Cristão (PDC) e, finalizando, dois do PST, entre os quais se encontra o vereador Ismael Ramos, nosso objeto de análise. Vale ressaltar que nenhuma mulher foi eleita na Câmara para este mandato.⁴⁶

TABELA 04: Relação dos candidatos eleitos em 1962 na cidade de Nova Iguaçu

PREFEITO	PARTIDO
ALUÍSIO PINTO DE BARROS	PTB
VICE-PREFEITO	PARTIDO
JOÃO LUIZ DO NASCIMENTO	PR
VEREADORES	PARTIDO
ANTÔNIO MESQUITA FILHO	PTB
BOLIVAR DA ASSUMPCÃO	PTB
ANTÔNIO MOTA	PTB
SEBASTIÃO PEREIRA PORTES	UDN
JOSÉ IGNÁCIO GONÇALVES	UDN
GERALDO MIQUELOTTI	UDN
WALTER BORGES PEREIRA	PSD
HÉLIO FERREIRA DA COSTA	PSD
JOSÉ LIMA	PSD
ADJOVALDO DA SILVEIRA	PSP
MAURO MIGUEL J. GARCEZ	PSP
ADECARD AGUIAR	PR
SÉRGIO GASPAS	PR
ARMANDO DIAS	PST
ISMAEL RAMOS	PST
OTÁVIO DA SILVEIRA ANDRADE	PSB
JOSÉ ROSA SIGOLO	PSB
VALCIR DE ALMEIDA	PDC
MOACYR DA SILVA ROCHA	PDC

Fonte: *Correio da Lavoura*. 21/10/1962; e Livro de atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu.

OBS.: Suplentes que assumiram durante o mandato: Naim André, Joaquim de Oliveira, José Naim Fares, Antônio Gonçalves do Valle, Américo Ferreira e Waldir Ferreira da Rocha.

⁴⁶ A primeira vereadora do município de Nova Iguaçu foi eleita em 1947: Carmelita Brasil, do PSD. Disponível em <<http://www.cmni.rj.gov.br/noticias/classic/print.php?id=45299a8be0&cat=principal>>. Acessado em 12/06/2016.

DIPLOMAÇÃO, POSSE E INÍCIO DE ATUAÇÃO NA CÂMARA

Em 24 de janeiro de 1963, sob a Presidência do Juiz da Comarca de Nova Iguaçu, Dr. Enéas Marzano, foi aberta a sessão na Câmara Municipal de Nova Iguaçu. Em seguida, os vereadores eleitos foram chamados nominalmente para diplomação e realização do seu juramento.⁴⁷

Nesta reunião também foi eleita uma nova Mesa Diretora para o Legislativo, de acordo com o Regimento Interno, apresentando o seguinte resultado: Presidente – Bolívar Gomes Assumpção; Vice-presidente – Otávio da Silveira Andrade; 1º Secretário – Adjovaldo Silveira; e 2º Secretário – Ismael Ramos, todos com 11 votos. Ao fim, a sessão de posse foi marcada para o dia 31 daquele mês.

Vale ressaltar que a eleição de Ismael Ramos como 2º Secretário indica que o vereador comunista desfrutava de certa confiança entre seus pares, obtendo onze dos dezenove votos da Câmara.

No momento da posse estavam presentes os dezenove vereadores e o Prefeito, eleitos em 1962. Encontravam-se no plenário da Câmara o Bispo da Diocese de Nova Iguaçu, Dom Honorato Piazero e o Juiz da Comarca, Dr. Enéas Marzano. A seguir, o vereador Bolívar Gomes Assumpção assumiu os trabalhos, declarou empossados os vereadores e designou uma comissão composta pelos vereadores Antônio Mota, Mauro Miguel e José Ignácio Gonçalves para recepcionar o Prefeito Aluízio Pinto de Barros e conduzi-lo ao Plenário, onde foi lido o juramento e realizada a cerimônia de posse dos eleitos.

Faz-se necessário destacar que o novo governo iguaçuano contava com uma base parlamentar formada por seis vereadores, sendo três do PTB e dois do PST. Porém, conseguiu efetivar uma aliança com três vereadores do PSD e um bom canal de diálogo, embora oscilante, com vereadores de outras legendas menos expressivas na Câmara (PR, PSP, PSB e PDC), que juntos somavam oito vereadores, dois de cada partido, restando apenas uma oposição sistemática dos três vereadores da UDN. Este quadro representativo do governo, embora bem negociado, poderia oscilar de acordo com os interesses ao longo do mandato.⁴⁸

⁴⁷ Antes da posse, a diplomação do vereador Ismael Ramos foi objeto de recurso, movido por Edson Pereira de Lima no Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ). Cf. *O Fluminense*. 26/01/1963. p.2; e *Última Hora*. 28/01/1963. p.2.

⁴⁸ Em fevereiro de 1963, os vereadores Armando Dias (PST) e José Lima (PSD), alegando motivos de saúde e particulares, solicitaram licença de seus mandatos, sendo substituídos pelos suplentes Naim André e Joaquim de Oliveira, respectivamente. Essas alterações afetaram diretamente na base parlamentar do governo municipal, como veremos adiante.

Após eleição da Mesa Diretora, foi processada a eleição dos membros das comissões parlamentares da Câmara, realizada no dia 04 de março de 1963 e assim constituída:

TABELA 05: Composição das Comissões da Câmara Municipal de Nova Iguaçu em 1963

COMISSÕES	MEMBROS
EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	EFETIVOS
	Antônio Mesquita Filho, Mauro Miguel e Geraldo Miquelotti
	SUPLENTES
	Walter Borges Pereira e Adecard Aguiar
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL	EFETIVOS
	Walter Borges Pereira, Moacyr da Silva Rocha e Ismael Ramos
	SUPLENTES
	José Ignácio Gonçalves e Mauro Miguel
VIAÇÃO E OBRAS	EFETIVOS
	José Rosa Sigolo, Sebastião Pereira Portes e Antônio Mota
	SUPLENTES
	Naím André (licenciado Armando Dias) e Hélio Ferreira da Costa
FINANÇAS	EFETIVOS
	Otávio da Silveira Andrade, Sérgio Gaspar e Adjovaldo da Silveira
	SUPLENTES
	Geraldo Miquelotti e Antônio Mesquita Filho
SERVIÇOS PÚBLICOS	EFETIVOS
	Moacyr da Silva Rocha, Antônio da Mota e Otávio da Silveira Andrade
	SUPLENTES
	Valcir de Almeida e Antônio de Mesquita Filho
AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	EFETIVOS
	José Rosa Sigolo, Valcir de Almeida e Antônio Mesquita Filho
	SUPLENTES
	Otávio da Silveira Andrade e Antônio Mota

Fonte: CMNI. Livro nº 08 (de 29/09/61 a 07/10/1963). fls.145-145v.

Em 13 de março de 1963, os seguintes vereadores foram eleitos presidentes das Comissões: Mauro Miguel (Educação, Saúde e Assistência Social); Moacyr da Silva Rocha

(Constituição, Justiça e Redação Final); José Rosa Sigolo (Viação e Obras / Agricultura, Indústria e Comércio); Adjovaldo Silveira (Finanças); e Antônio Mota (Serviços Públicos).⁴⁹

Essas comissões setoriais eram responsáveis pela discussão e análise preliminar dos requerimentos e projetos propostos na Câmara, emitindo pareceres sobre cada um deles. Nesse sentido, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final configurava como uma espécie de “passagem obrigatória” para todas as proposições do parlamento, o que indica sua posição estratégica no rito legislativo. Portanto, o fato de Ismael Ramos compor a referida comissão, não deve ser negligenciado. Aliás, o vereador comunista acumulou outros importantes cargos, logo no início do seu mandato: como 2º Secretário da Mesa Diretora e vice-líder do governo.

A primeira atuação de Ismael Ramos se deu em 08 de fevereiro, em reunião extraordinária, quando assinou o Edital de Convocação que concedia anistia às multas sobre todos os impostos e taxas devidos ao erário municipal. Ainda nesta data, discutiu com os demais vereadores quanto à acumulação de cargos e salários, mesmo porque havia necessidade de controlar o déficit orçamentário em que estava mergulhada a Prefeitura. O Vereador Naim André logo solicitou à Secretaria da Câmara que fosse impresso e distribuído aos vereadores os projetos apresentados à Câmara e as Mensagens do Prefeito. Sugeriu também aos vereadores que tivessem outra renda para abrirem mão dos subsídios que por ora se discutia em plenário. Fechou seu discurso dando seu voto de confiança à Mesa da Câmara, extensivo ao chefe do Executivo:

(...) a anarquia do setor econômico/financeiro era fruto da inoperância, da falta dos contribuintes das cotas referentes aos impostos a serem arrecadados, desejando que o Prefeito tudo fizesse para atenuar e melhorar as ruas do município que estavam esburacadas e castigadas pelas últimas chuvas.⁵⁰

É interessante observar que Naim André também era do PST (mesmo partido de Ismael), porém não era comunista. Ele vinha de mandatos anteriores na Câmara, ficou como suplente na eleição de 1962 e substituiu o vereador Armando Dias, licenciado logo no início do mandato. De oposição ao governo petebista, se expressava como “orientador” dos vereadores recém-empossados, numa clara fala de domínio estratégico quando se dirigiu à Secretaria da Câmara pedindo cópias dos projetos para que fossem encaminhados aos demais

⁴⁹ CMNI. Livro nº 08 (de 29/09/61 a 07/10/1963). fl.162 e 195 passim.

⁵⁰ CMNI. Livro nº 08 (de 29/09/61 a 07/10/1963). fls.136-139v.

vereadores, demarcando sua posição em plenário. O presidente Câmara prontamente atendeu sua solicitação. Sendo, na prática, um vereador reeleito (embora suplente), Naim André buscava conquistar protagonismo em plenário, visando tanto sua cadeira definitiva na Câmara, quanto a defesa de sua carreira política, ligada ao governo anterior.

Por sinal, nas últimas sessões do mandato anterior (1959-1962), a Câmara Municipal conseguiu pôr em pauta todos os projetos e mensagens que estavam para ser debatidos pelo parlamento. Entre os quais, uma proposta de aumento tarifário dos ônibus no município, que só seria levada para discussão em plenário na legislatura seguinte, empossada dias depois.⁵¹

Nova Iguaçu já havia enfrentado uma greve do funcionalismo público provocada pelo atraso salarial logo no início do ano de 1963 e o debate sobre o aumento das passagens de ônibus foi incluído na pauta para as primeiras sessões, em fevereiro, deixando a nova legislatura em uma “sinuca de bico” logo nos primeiros dias de trabalho, herdando o pedido de aumento tarifário por parte dos empresários do ramo no mandato anterior.⁵²

AS EXONERAÇÕES E A FÓRMULA TRIBUTÁRIA

Em 1963, o município de Nova Iguaçu encontrava-se com a folha de pagamento do funcionalismo público atrasada. O déficit em caixa, as más condições do Hospital Iguaçu, juntamente o salário miserável das professoras, ameaçavam o governo de Aluizio Pinto de Barros.

No dia 04 de março, o prefeito entrava com pedido de exoneração de funcionários públicos na pauta na Câmara. O Vereador Naim André, do PST, acusava o governo petebista de ter praticado erros administrativos logo no início do mandato, atribuindo culpa à sua assessoria. Argumentou que, na tentativa de enxugar a máquina pública, demitindo professores, o governo estaria esquecendo o seu discurso de campanha, quando prometeu protegê-los contra os “salários de fome” da administração passada.

Além das exonerações, a prefeitura buscava diminuir os salários das profissionais de educação, proposta que gerou tensões na Câmara. O vereador Joaquim de Oliveira, suplente do PSD que assumiu a vaga de José Lima logo no início do mandato, apresentou um requerimento, no dia 8 de março, solicitando ao prefeito a manutenção das professoras, que

⁵¹ CMNI. *Livro nº 08 (de 29/09/61 a 07/10/1963)*. fls.122-123.

⁵² Buscando postergar a discussão da proposta, a Câmara decidiu formar uma comissão para que o aumento de preço das passagens de ônibus no município fosse melhor estudado.

havam sido beneficiadas recentemente pela Resolução nº 1242, de 30 de novembro de 1962, medida que organizou cargos e classes do setor da educação municipal.

O salário das professoras era de Cz\$ 23.000,00 (vinte três mil cruzeiros) e o governo petebista rebaixava para quatorze mil cruzeiros, sendo que o salário mínimo nacional então vigente era de vinte e um mil cruzeiros. Durante as discussões, surgiram notícias de que algumas professoras do município estariam recebendo proventos entre seis e nove mil cruzeiros.

Na ocasião, o próprio vereador Ismael Ramos se solidarizou contra o rebaixamento salarial das professoras e apoiou a proposta do vereador do PSD. Em seu discurso, Ramos fez questão de dizer que falava como vice-líder do governo, votando a favor do requerimento em pauta e anunciando que conversaria com o prefeito para corrigir este erro contra as professoras. Segundo ele, a situação calamitosa em que se encontrava Nova Iguaçu era proveniente do excesso de funcionários na Prefeitura e na Câmara, herdada de administrações anteriores que “apadrinharam” pessoas durante campanhas eleitorais. Diante desse quadro, o vereador comunista defendia a tomada de medidas enérgicas ou o município iria à falência.⁵³

O líder do governo e presidente da Comissão de Educação na Câmara, Mauro Miguel (PSP), reforçou o discurso dizendo que o prefeito iria reexaminar o caso das docentes e que hipotecava solidariedade às professoras. A partir de então, diversas propostas começaram a ser discutidas na Câmara Municipal, buscando uma fórmula tributária para sanar as finanças da prefeitura. Na maioria das vezes, o aumento de impostos era colocado em pauta.

Em 17 de maio de 1963, por exemplo, o vereador Joaquim de Oliveira (PSD) entrou com pedido de urgência para a discussão de Projeto de Lei nº 91/1963, de sua autoria, que previa o aumento de impostos e taxas municipais em 30% (trinta por cento), numa tentativa de solucionar o déficit de arrecadação, pois os recursos disponíveis seriam insuficientes para cobrir as despesas com o funcionalismo público, que ameaçava entrar em greve. O autor do projeto enfatizava que sua proposta não era de caráter demagógico, mas vinha de encontro a uma classe que, de fato, necessitava de melhores salários. Dizia que o aumento dos tributos “*não iria resolver, mas que aliviaria em parte, pois só no primeiro semestre, o custo de vida já terá ultrapassado os 100%*”.⁵⁴

⁵³ CMNI. Livro nº 08 (de 29/09/61 a 07/10/1963). fls.153v-154.

⁵⁴ CMNI. Livro nº 08 (de 29/09/61 a 07/10/1963). fl.191v.

Posto em discussão, o projeto foi aprovado por unanimidade, demonstrando que, ao menos nesta matéria, parlamentares da base do governo e da oposição estavam de acordo. O vereador governista Adjovaldo Silveira (PSP) afirmava “*ser para todos um dos maiores dias da atual Legislação*”. Em seguida, o vereador de oposição Naim André (PST) concordou que, pela primeira vez, uma decisão se dava na Câmara “*não só com a concordância do Executivo, como também, com os componentes desta Casa*”. E prosseguiu: “*Foi encontrada uma fórmula para resolver e criar condições de (...) elevar o padrão financeiro da municipalidade. Espera que tal fórmula tenha receptividade no povo de Nova Iguaçu*”. Já o vice-líder do governo, Ismael Ramos, destacou que “*a medida dará mais ânimo ao quadro funcional. Sabia que a majoração dos impostos em mais de 30% não seriam onerosos ao Município, e que havia necessidade de arrecadação para que pudessem pagar aos funcionários*”.⁵⁵

Após a aprovação do projeto, o vereador Sérgio Gaspar (PR) propôs que a prefeitura concedesse 25% de comissão aos fiscais de renda e de obras sobre as multas aplicadas, argumentando que a ideia vinha de encontro ao Projeto nº 91/63 e que seria “um incentivo” à fiscalização e aplicação de multas na cidade. A proposta foi duramente contestada em plenário pelo vereador Mauro Miguel, afirmando que seria “*uma sangria ao erário municipal, pois os fiscais já ganhavam para isso*”. No entanto, ao ser posta em votação, após vários debates, a proposta foi aprovada, com votos contrários dos vereadores Ismael Ramos (PST) e José Rosa Sigolo (PSB).

Ficava claro que a exoneração de cargos e o rebaixamento de salários praticados pelo prefeito Aluizio Pinto de Barros foi uma saída urgente para sanar as finanças do município “sangria do erário municipal”. Por outro lado, nas proposições e defesas em plenário, os vereadores deixavam entrever, em suas falas, à quais grupos eles “serviam” ou talvez “apadrinhassem”. Durante os debates para a modificação de artigos do Regimento da Câmara, por exemplo, o vereador Naim André (PST) chegou a lançar um questionamento aos colegas: “*Qual dos Senhores Vereadores, [conhece] funcionários que não tinham sido nomeados por injunções políticas?*”.⁵⁶

⁵⁵ CMNI. Livro nº 08 (de 29/09/61 a 07/10/1963). fls.191v-193.

⁵⁶ Diante da provocação, o vereador José Rosa Sigolo (PSB) afirmou que era funcionário do Estado da Guanabara, mas que fora nomeado através de concurso público. E prosseguiu citando um ditado popular: “*Entre o mar e o rochedo, quem sofre era o marisco*”, numa clara referência à disputa entre oposição e governo, argumentando que as decisões tomadas na Câmara afetariam, principalmente, o funcionalismo público. Cf. CMNI. Livro nº 08 (de 29/09/61 a 07/10/1963). fls.176v-178.

Outra questão de conflito na Câmara de Nova Iguaçu se deu na comparação entre os governos nacional e municipal do PTB, visto que o presidente João Goulart estava articulando um aumento na ordem de 40% para o funcionalismo público federal, ao passo que o município enfrentava uma grave situação financeira, propondo rebaixamento de salários, *“mesmo depois do crédito de confiança oferecido pela oposição ao Executivo”*, conforme declaração do vereador Naim André. Segundo ele, depois de dois meses e dezesseis dias do novo governo na cidade, a situação financeira era péssima e tendia a piorar, utilizando como “prova” do interesse da oposição os projetos apresentados no legislativo que visavam solucionar ou minorar esses problemas do município, apesar da “indiferença do governo Executivo”, que só teria apresentado três mensagens à Câmara. O opositor do PST, embora soubesse que o prefeito havia recebido o Executivo com a folha salarial atrasada, questionava *“o motivo de Sua Excelência deixar que atrase mais, além do que aqueles dois meses”*. Naim queixava-se que o Chefe do Executivo jamais dera uma “palavra de incentivo” aos vereadores da oposição, sinalizando seu total desinteresse. Seguiu advertindo que, se não se tomasse uma atitude para reverter a péssima situação do erário municipal, Nova Iguaçu cairia num caos. O líder do governo, em aparte, argumentava que *“Tudo à Sua Excelência [o presidente da República] era possível, mas a nós [governo municipal] era facultada. Que o governo Federal nos pague as cotas devidas para então pudesse o Prefeito colocar em dia o pagamento do funcionalismo”*.

Na polêmica sobre a exoneração de funcionários públicos para controlar a folha de pagamento, todos defendiam as professoras prejudicadas, mas alguns criticavam que o déficit orçamentário não comportaria o “cabide de empregos” herdado de governos anteriores e que teria intensificado a crise administrativa. Além disso, quando questionavam as exonerações decretadas pelo prefeito petebista, muitos lembravam que durante a campanha ele havia prometido defender os professores, que agora são acusados como “funcionários apadrinhados”. E muitos dos críticos às atitudes do Prefeito na Câmara eram acusados de polemizar nos debates por medo de que a “moralização” prometida pelo novo governo colocasse em risco seus afilhados políticos em cargos municipais. Dessa forma, os debates parlamentares mesclavam propostas entre a busca de fórmulas tributárias e políticas, conforme veremos a seguir, a partir de alguns temas selecionados durante a pesquisa.

ARRECADAÇÃO MUNICIPAL E JOGO DO BICHO

Durante os debates sobre a crise financeira em Nova Iguaçu, alguns vereadores levantaram propostas para taxar a contravenção do chamado “jogo do bicho”, em busca de novas fontes de recursos que sanassem o déficit municipal. De fato, o jogo era bastante forte no município e na Baixada Fluminense durante as décadas de 1950 e 60, sendo frequentemente “acobertado” por órgãos públicos, pois políticos influentes mantinham relações pessoais e até financeiras com grupos que controlavam a exploração do jogo.⁵⁷

Na Câmara Municipal de Nova Iguaçu tinham aqueles que marcavam acirrada oposição ao jogo do bicho, inclusive denunciando vereadores e deputados locais que teriam relações com a contravenção; e outros que defendiam o jogo, propondo sua taxaço e que o montante fosse direcionado para investimentos em educaço e saúde. Vale ressaltar que, nas sessões seguintes aos debates sobre tema, vereadores denunciantes se retratavam e pediam que na ata anterior fossem feitas retificaçoes, livrando políticos das “infâmias proferidas em plenário”. Além disso, discursos sobre jogo do bicho normalmente se misturavam com denúncias sobre cassinos na região, também proibidos pela legislaço brasileira e com diversas relações influentes no meio político.

Em dado momento, depois de uma acalorada discussáo na Câmara sobre o tema, o vereador Naim André foi aparteado por José Ignácio Gonçalves, da UDN, que, ao questionar quem comandava o jogo em Areia Branca, insinuou que o vereador seria um deles, juntamente com alguns deputados estaduais:

(...) Além de quererem tudo para si, monopolizam (...) a jogatina e a prova disso era que, em Belford Roxo, um cassino funcionava às claras e que outros lugares dominava a contravenção, que era garantida e explorada pelos deputados já citados. Já tinha apresentado à Casa um Requerimento, pedindo providências ao Dr. Delegado de Polícia.⁵⁸

Em seguida, o vereador Adecard Aguiar, do PR, ocupou a tribuna para lamentar que *“que homens públicos de nossa terra fossem responsáveis pela jogatina. Que deveria tomar uma atitude contra esses deputados patifes que, em atitudes imorais, agiam prejudicando o*

⁵⁷ O historiador Luiz Anselmo Bezerra pesquisou sobre as relações entre o jogo do bicho e a Escola de Samba Beija-Flor, em Nilópolis, cidade vizinha à Nova Iguaçu. Cf. BEZERRA, Luiz Anselmo. *A Família Beija-Flor*. Niterói: dissertação de mestrado, UFF, 2010.

⁵⁸ CMNI. *Livro nº 08 (de 29/09/61 a 07/10/1963)*. fl.146v.

próprio povo, pois o dinheiro açambarcado por esses deputados deveria ser convertido em benefício dos hospitais e escolas”.

Na sessão legislativa posterior, durante a aprovação da ata da última reunião, o vereador Antônio Mota (PTB) solicitou ao Presidente da Câmara que *“tirasse o nome do deputado estadual José Montes Paixão daquela ata”*, pois chegou ao seu conhecimento que o parlamentar não fazia parte daquele grupo e que fora “chutado” (incluído indevidamente) ao longo dos debates, porém ratificou que os deputados Zorly Martins e Antônio Gaspar *“estavam na ‘boca’ a comandar a jogatina”*.⁵⁹

O vereador comunista Ismael Ramos apoiou a iniciativa do colega petebista, porém solicitou que ele também retirasse os nomes dos outros deputados, assim como pedia ao vereador Adecard Aguiar que substituísse na ata os termos empregados em sua oração na reunião anterior.

E o debate sobre a possível taxaço do jogo do bicho se estendeu por algumas reuniões. Em março de 1963, por exemplo, o vereador Naim André propôs que o governador Badger da Silveira determinasse a tributação sobre a importância arrecadada pelo jogo do bicho na cidade, estimando que cerca de Cz\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) seriam revertidos para o erário municipal, visando *“aliviar a situação das escolas, dos hospitais e das maternidades”*.

(...) Era de lamentar que a diretoria incumbida de zelar pela administração do Hospital de Nova Iguaçu tivesse que renunciar entregando aquela entidade ao Prefeito por falta de recursos para sua manutenção. Que o dinheiro arrecadado com a propina (jogatina) não deveria ir para o bolso dos políticos inescrupulosos.⁶⁰

Logo em seguida, Antônio Mota (PTB) ocupou a tribuna para *“dizer que denunciava não a contravenção, mas o monopólio. Estava de acordo com o jogo do bicho, não com aqueles que guardam o ‘resultado’ do jogo”*.⁶¹

COMERCIÁRIOS x ACINI: CONTRA O HORÁRIO ESCRAVO

Em 15 de maio de 1963, os trabalhadores comerciários da cidade começaram a se mobilizar por conta de discussões na Câmara Municipal que visavam estabelecer um novo

⁵⁹ CMNI. Livro nº 08 (de 29/09/61 a 07/10/1963). fls.148-148v.

⁶⁰ CMNI. Livro nº 08 (de 29/09/61 a 07/10/1963). fl.160.

⁶¹ CMNI. Livro nº 08 (de 29/09/61 a 07/10/1963). fl.160v.

horário de expediente comercial em Nova Iguaçu, aumentando a carga de trabalho diária desses funcionários. Em meio aos debates, o vereador Valcir de Almeida, do PDC, apresentou projeto que obrigava aos estabelecimentos fecharem suas portas às 18h. Desse modo, um grupo de comerciários se dirigiu à Câmara, em apoio a esta proposta.

O vereador comunista, que também era vice-líder do governo, Ismael Ramos, discursou à tribuna dizendo que *“embora representante da classe patronal, votaria favorável ao projeto do vereador Valcir de Almeida, contudo lamentava a evasão de renda [dos comerciantes], mas a classe trabalhadora nada tinha a ver com isso”*.⁶²

Diante da presença dos trabalhadores nas galerias da Câmara, muitos vereadores afirmavam na tribuna que eram favoráveis ao projeto e agradeciam a presença dos comerciários, como fez o vereador socialista José Rosa Sigolo. Em seguida, o pessedista Joaquim Oliveira solicitou à Mesa Diretora que a ordem de apreciação do Projeto de Lei nº 81/63, do Vereador Valcir de Almeida, fosse antecipada, devido à urgência e em vista da presença dos comerciários que se encontravam nas galerias da Câmara.

Durante a apreciação em plenário, o vereador Sérgio Gaspar, do PR, afirmou ser favorável ao projeto, mas apelava ao Sindicato dos Comerciários que forçasse os patrões a cumprir a lei, pois outros projetos de igual teor por ali já haviam passado e não foram cumpridos. Em seguida, o vereador Ismael Ramos (PST) subiu à tribuna para solicitar, primeiramente, a inclusão de uma emenda ao projeto, estabelecendo exceções às drogarias, para depois hipotecar solidariedade ao projeto em pauta. Já Naim André, também do PST, argumentou que o projeto em discussão era de grande monta, porém advertiu aos demais vereadores para que observassem bem detalhadamente seu conteúdo, para que a Câmara não incorresse em erros anteriores. Em aparte, o vereador Sérgio Gaspar retrucou dizendo que Naim André era “um lídimo representante da classe patronal”, bem como salientou que, se o Ministério do Trabalho não tiver funcionários à altura para dar conta da fiscalização, os comerciários se unissem para forçar o cumprimento da lei, com greve se necessário.

O vereador José Rosa Sigolo (PSB), presidente da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, pediu cautela aos colegas parlamentares para que não fossem cometidos erros. Seu discurso foi reforçado por Mauro Miguel (PSP), ao afirmar que seria favorável ao projeto em primeira discussão, porém se fazia necessário um estudo detalhado, caso contrário votaria contra na segunda discussão da matéria. Argumentou que as comissões da Câmara não

⁶² CMNI. Livro nº 08 (de 29/09/61 a 07/10/1963). fls.188-191.

poderiam emitir pareceres verbais, como solicitado pelo autor do projeto. Defendia-se, nesse caso, a obediência do rito parlamentar para a apreciação do projeto, embora com poucos parlamentares se colocando abertamente contra, diante da mobilização e presença dos comerciários nas galerias.

O comunista Ismael Ramos se dirigiu novamente à tribuna para pedir, como vice-líder do governo, votação favorável ao projeto, mas argumentou que seria importante atender ao pedido do vereador Mauro Miguel. O vereador do PST emendou dizendo que, embora fosse ele próprio era um comerciante, aceitava as pretensões dos comerciários. Ao final do debate, o projeto foi aprovado em primeira discussão.

Entretanto, no dia 20 de maio, a discussão sobre o horário de expediente comercial na cidade sofre um revés. Foi proposta uma emenda ao projeto, via parecer da comissão, eximindo comerciantes do pagamento da taxa sobre o alvará anual de licença, emitido pela Prefeitura, no valor de Cz\$5.000,00 (cinco mil Cruzeiros). Seu principal defensor, o vereador Naim André, argumentou que o valor da taxa *“era irrisório, pois seu desejo era que o comércio fechasse às 18h”*. Já Ismael Ramos se colocou contra a emenda, defendendo o projeto aprovado em primeira discussão (já incluída sua emenda sobre as drogarias). Outro comerciante, o vereador José Ignácio (UDN), também se colocou a favor do projeto e contra a emenda. Para Sérgio Gaspar, do PR, a proposta significava *“calamidade pública”*, acusando que o parecer da comissão havia nascido na Associação Comercial de Nova Iguaçu (ACINI), pois os interesses da entidade eram distintos aos dos comerciários e que, por isso, só restava ao sindicato lutar para que os comerciantes cumprissem a lei. O autor do projeto, Valcir de Almeida, também condenou o parecer, dizendo que era uma *“aberração”* criada pelo presidente da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, José Rosa Sigolo (PSB), demonstrando ser um *“verdadeiro representante das classes patronais”*. Almeida dizia ter quase certeza que o parecer havia sido redigido na ACINI e, assim, convocava os vereadores pela aprovação *“in totum”* de seu projeto.

Neste momento, o vereador Mauro Miguel (PSP) ocupou a tribuna dizendo que *“não se dobraria (...), que não se quedaria diante dos dólares dos comerciantes, nem dos míseros cruzeiros dos comerciários. Não desejaria que os comerciários daqui saíssem sorridentes”*, para que o projeto em discussão *“não tivesse o mesmo destino dos outros que aqui passaram”*. Já o vereador Geraldo Miquelotti, da UDN, afirmou que os colegas haviam sido injustos ao assacar palavras contra os membros da ACINI, pois as *“licenças especiais”* (sobre

a taxa anual do alvará) era uma prerrogativa que a Lei Orgânica Municipal atribuía ao prefeito. O udenista argumentou que o projeto merecia ser submetido a um estudo mais acurado, sugerindo inclusive que, em caráter experimental, fosse estabelecido o horário de fechamento do comércio para 19h. *“Desejava contar com o apoio do autor do projeto (...), que pudessem chegar a um acordo. Temia que uma votação às pressas prejudicasse o povo. Pediu que a classe dos comerciários refletisse”*.

Em seguida, ocupou a tribuna o possedista Joaquim de Oliveira, tecendo duras críticas à fala do vereador Mauro Miguel, do PSP, pois *“não aceitava as palavras de que não se trocava por dólares (...). Não aceitava haver vereador que pudesse se deixar corromper pelo suborno. (...) Que o projeto seja votado, pois já demorou tempo suficiente para ser estudado”*. Finalizou seu discurso dizendo ser importantíssima aquela reunião e também as que já se efetuaram anteriormente sobre o projeto, conforme *“as atas transcritas nesta Casa”*. Já Naím André, do PST, assumiu a tribuna dizendo que desejaria *“ser do lado do projeto de Valcir Almeida”*, mas *“entendia que o fechamento de todo o comércio às 18 horas era prejudicial em parte”*. Mostrava-se contrário à matéria. O autor do projeto retrucou, alegando que *“protegia os comerciários da terra, que não são olhados pelos patrões”* e *“apelava aos seus colegas que votassem por unanimidade seu projeto”*. Ismael Ramos solicitou o encaminhamento da votação, lamentando que Valcir Almeida estaria vacilando com relação ao *“trabalho dos comerciantes que trabalhavam depois da hora, pois tal medida seria prejudicial”*, mas exigia que o *“seu”* projeto (devido sua emenda sobre as drogarias) fosse *“aprovado na íntegra”* e que *“a lei fosse cumprida”*. Antes da votação, o vereador Adecard Aguiar, do PR, ainda discursou à tribuna, anunciando seu voto favorável *“porque a escravidão já havia acabado há muito tempo”*. Por fim, foi posto em votação o parecer da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, que foi rejeitado por unanimidade, sendo aprovado o mesmo projeto da primeira discussão.⁶³

Durante esse longo debate, observamos diferentes interpretações no plenário da Câmara. Uns contra, outros a favor. Mas nos interessa analisar aqui duas questões: as reiteradas evidências da força política da ACINI nos debates legislativos e a atuação oscilante de diversos vereadores/empresários, que, embora apoiassem o projeto, cedendo às pressões dos trabalhadores comerciários em plenário, buscavam propor e defender emendas substitutivas que abrissem brechas na legislação de modo a favorecer seus estabelecimentos

⁶³ CMNI. Livro nº 08 (de 29/09/61 a 07/10/1963). fls.194-198.

comerciais, como foi o caso do vereador Ismael Ramos, empresário do ramo de farmácias, que saiu em defesa da emenda sobre as drogarias, alegando ser um serviço necessário para atendimento fora do expediente estabelecido. Neste momento, seu lado comerciante “falou mais alto” que seu lado comunista.

ENSAIO PARA O IMPEACHMENT DO PREFEITO

Em 02 de outubro de 1963, o jornal *Última Hora*, publicou a reportagem intitulada “*Câmara de Nova Iguaçu ameaça votar ‘impeachment’ do Prefeito*”, noticiando que vereadores ameaçavam votar um pedido de cassação contra o prefeito petebista Aluizio Pinto de Barros, sob a acusação de má administração pública.⁶⁴

O governo, que já enfrentava críticas por ter exonerado parte do funcionalismo público visando o controle do caixa municipal, também começou a atrasar os subsídios (salários) dos vereadores. A oposição, em represália à falta de pagamento (em atraso desde junho), apresentou requerimento que dispensava os funcionários da Câmara e declarava o legislativo municipal em “sessão permanente” até que os salários atrasados fossem regularizados pela prefeitura. Vereadores argumentavam que o prefeito “*queria dominar a Câmara Municipal pela força econômica*”.

Por intermédio do presidente da Câmara, o vereador petebista Bolivar Gomes Assumpção, foi realizada uma reunião com o prefeito, sendo negociado o pagamento dos salários em atrasado, mas tal acordo não foi cumprido. Com isso, vereadores opositoristas pressionaram o presidente para convocar uma sessão extraordinária, visando discutir requerimento que solicitava o impedimento do prefeito. O vereador Bolivar então se viu obrigado a acatar a proposta da oposição, que neste momento já se colocava como maioria.

Logo no início da sessão, o vereador Ismael Ramos, 2º Secretário da Mesa e vice-líder do governo, se recusou a fazer a leitura da ata anterior por não apoiar o pedido de impeachment contra o prefeito, obstruindo os trabalhos. Em seguida, alguns vereadores começaram a dar entrada em pedidos de licença, em sinal de protesto. Ao assumir o mandato como suplente, o vereador Russani Elias José, do PSD, criticou o presidente da Câmara e o secretário Ismael Ramos por suas posturas, pois seriam “*abastados e não dependiam dos subsídios para sustentarem suas famílias*”. O pessedista denunciou que negociatas vinham

⁶⁴ *Última Hora*. 02/10/1963. p. 8.

sendo realizadas nos bastidores do parlamento, citando o caso da concessão de linhas de ônibus, onde seria cobrado cerca de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), além do mínimo de Cr\$300.000,00 (trezentos mil Cruzeiros) que seria cobrado pela aprovação de uma planta de loteamento, sendo estes valores divididos entre os “apadrinhados” que ocupavam cargos de responsabilidade na atual administração.⁶⁵

A cidade vivia a expectativa do seu governante, legitimamente eleito, responder a um processo de impeachment pela Câmara Municipal.

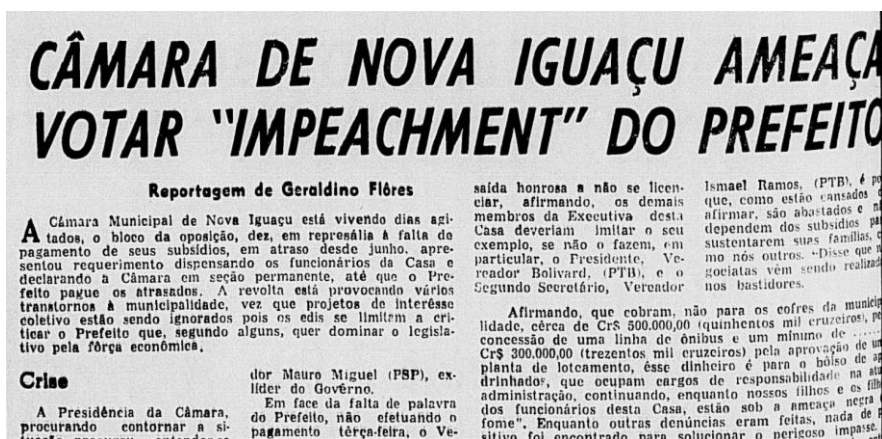


IMAGEM 05: Notícia sobre a ameaça de impeachment contra o prefeito Aluizio Pinto de Barros.

Fonte: *Última Hora*. 02/10/1963. p.8. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

No dia 17 de outubro, o mesmo jornal noticiava uma “*Greve geral na Prefeitura de Nova Iguaçu*”, pois, em resposta ao atraso dos pagamentos, funcionários municipais já haviam iniciado uma “*Operação Tartaruga*”. Segundo a reportagem, como o prefeito não tomava nenhuma atitude, o funcionalismo público se reuniu em assembleia sindical e decidiu dar início a uma greve geral, recusando a proposta do vereador Ismael Ramos, que buscou entrar na negociação como representante do prefeito, com a promessa de quitar um dos meses de salários atrasados.

A greve geral foi deflagrada e os trabalhadores exigiam o pagamento dos meses em atraso e dos dias de paralisação, 70% de aumento salarial, salário família de Cr\$2.000,00 (dois mil cruzeiros), além de reclassificação salarial. Não aceitavam os argumentos de falta de

⁶⁵ *Última Hora*. 02/10/1963. p. 8.

verbas, visto que “os guichês de arrecadação de impostos vinham funcionando normalmente”.⁶⁶

Convém ressaltar que esses debates sobre o impeachment do prefeito, em 1963, não foram tão evidenciados nas atas da Câmara Municipal como encontramos na imprensa. Ao que tudo indica, as reuniões no legislativo iguaçuano foram pouco frequentes durante a greve geral, tendo em vista que os subsídios dos vereadores também se encontravam em atraso.

Já no ano seguinte, em janeiro de 1964, o *Última Hora* publicou nova matéria sobre o caso, agora noticiando uma trégua que teria sido estabelecida entre o prefeito Aluízio Pinto de Barros e a Câmara Municipal. O jornal dedicou uma página inteira enaltecendo a administração do governante petebista e os trabalhos na Câmara Municipal, em “*perfeito entrosamento*”, além do apoio das classes produtoras e do “idealismo dos iguaçuanos” para a superação dos problemas administrativos.

A situação calamitosa em que foi encontrada a Prefeitura de Nova Iguaçu, onde o déficit orçamentário e o déficit da Caixa era bastante grande, não impediram que um esforço conjugado do Poder Executivo e Legislativo criassem condições para que no primeiro ano de administração do Prefeito Aluízio Pinto de Barros muitas obras fossem realizadas no município. Nova Iguaçu conta hoje com uma população de cerca de 550.000 habitantes distribuídos em uma área de 750 km² e é, sem dúvida, um justo orgulho para o Estado do Rio.⁶⁷

A reportagem destacou também as obras que vinham sendo realizadas pela gestão municipal, tais como a pavimentação de ruas, instalação de manilhas, novos postes para a ampliação da rede elétrica, assim como transformadores e fios elétricos, levando energia elétrica para “*milhares de casas que ainda utilizavam a luz de querosene*”, além da construção de pontes, interligando distritos e promovendo melhor o fluxo de carros e pedestres, e melhorias nas estradas rurais, facilitando o transporte e escoamento das safras. Ao final, a reportagem abordou sobre o setor educacional, apresentando dados que denotavam melhores condições no ensino público promovido pela nova gestão.

Nesta mesma página, em outra reportagem, o jornal destacou a fala do presidente da Câmara, Bolívar Gomes Assumpção, que anunciava uma economia de três milhões de cruzeiros no legislativo, ressaltando que, das trinta e nove reuniões em caráter extraordinário, em nenhuma delas os vereadores receberam subsídios. Além disso, declarou que as exonerações que ele promoveu foram para extinguir oito cargos vagos na Câmara, resultando

⁶⁶ *Última Hora*. 17/10/1963. p.2.

⁶⁷ *Última Hora*. 31/01/1964. p.7.

em uma “*grande economia ao cofre público*” em contraste com outros governos, que, segundo ele, “*foram criando novos cargos como forma de apadrinhamento político*”.⁶⁸

Outra questão destacada pelo *Última Hora*, jornal ligado ao PTB e que apoiava o presidente Goulart, foi a participação de vereadores iguaçuanos em congressos no decorrer do ano de 1963, um deles em Curitiba, no Paraná, e outro em Itaperuna, no interior do estado do Rio de Janeiro.

PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS E OS REFLEXOS DA POLÍTICA NACIONAL

A participação dos vereadores em congressos servia para divulgar os principais acontecimentos nas esferas legislativas, bem como reforçava a discussão de estratégias coletivas para solucionar problemas sociais, econômicos e políticos nos municípios brasileiros.

Logo no início do mandato, o vereador Naim André apresentou projeto que autorizava “*a nomeação de representantes ao VI Congresso Nacional de Municípios*”, a ser realizado em Curitiba. A proposta foi aprovada com emendas, entre as quais a redução da verba para custeio das viagens dos vereadores, de Cz\$1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) para Cz\$400.000,00 (quatrocentos mil). Durante a discussão da proposta, foi sugerido aos vereadores selecionados para o congresso que falassem sobre as dificuldades enfrentadas pelo município e, após retornarem, elaborassem um relatório sobre o conclave, servindo de orientação para os próximos congressistas.⁶⁹

Para o VI Congresso Nacional de Municípios foram nomeados os vereadores Bolivar Gomes Assumpção (PTB), José Rosa Sigolo (PSB), Antônio Mota (PTB), Adjovaldo Silveira (PSP), Otávio da Silveira Andrade (PSB), Joaquim de Oliveira (PSD), Ismael Ramos e Naim André (os dois últimos do PST), sendo que Ramos foi nomeado líder da delegação iguaçuana no conclave, enquanto André contestava que a nomeação não respeitou a distribuição das legendas partidárias na Câmara, incluindo poucos representantes da oposição.⁷⁰

Ao retornarem do congresso, Ismael Ramos teceu breves considerações sobre o conclave em plenário, ressaltando que a delegação iguaçuana foi bem recepcionada na cidade, tendo inclusive sido noticiada sua participação na Rádio Colombo de Curitiba. Segundo o vereador, durante o congresso “*as legendas partidárias caíam. Era uma só ideia, o*

⁶⁸ *Última Hora*. 31/01/1964. p.7.

⁶⁹ CMNI. Livro nº 08 (de 29/09/61 a 07/10/1963). fl.152v.

⁷⁰ CMNI. Livro nº 08 (de 29/09/61 a 07/10/1963). fl.162v.

municipalismo”, palavras ratificadas por outros integrantes da delegação. Dias depois, o chefe da delegação entregou seu relatório sobre o congresso, conforme foi acordado.⁷¹

Outro conclave importante ocorreu na cidade de Itaperuna. O convite para o I Congresso de Vereadores Fluminenses se deu por meio de um telegrama enviado à Câmara e a atuação da delegação iguaçuana chegou a ser elogiada pela imprensa carioca. A propósito, foi nesta reportagem que encontramos o único registro fotográfico de Ismael Ramos durante a presente pesquisa.⁷²



IMAGEM 06: Ismael Ramos (4º da esquerda para a direita) no I Congresso de Vereadores Fluminenses.

Fonte: *Diário Carioca*. 14/05/1963. p.7. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Por ocasião deste congresso, foram estreitados os laços entre vereadores de diversos municípios fluminenses. Um exemplo disso foi a recepção, na Câmara de Nova Iguaçu, do vereador do município de Magé Fernando Batista, vice-presidente do referido conclave.

⁷¹ CMNI. Livro nº 08 (de 29/09/61 a 07/10/1963). fls.169 e 175 passim.

⁷² *Diário Carioca*. 14/05/1963. p.7. O convite para o congresso foi lido em plenário. Cf. CMNI. Livro nº 08 (de 29/09/61 a 07/10/1963). fl.168v.

Na ocasião, Ismael Ramos foi convidado a discursar em plenário sobre a reforma agrária, tema que vinha adquirindo cada vez mais força na pauta nacional e o vereador comunista iguaçuano buscava repercuti-lo no legislativo local. Ele apresentou um requerimento para ser aprovado pela Câmara Municipal solicitando à Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA) que fosse solucionada a situação de trezentas famílias de pequenos lavradores no bairro Nova Aurora, em Nova Iguaçu, recebendo o apoio de vereadores de diversos partidos, como Joaquim de Oliveira (PSD), Adecard Aguiar (PR), Sérgio Gaspar (PR), Antônio Mota (PTB), Russani Elias José (PSD), Mauro Miguel (PSP), Geraldo Miquelotti (UDN), José Rosa Sigolo (PSB), José Ignácio Gonçalves (UDN) e Moacyr da Silva Rocha (PDC).⁷³

Após o discurso de Ismael Ramos, o vereador mageense Fernando Batista também se posicionou em defesa da reforma agrária, diante de uma comitiva de posseiros presentes na Câmara, mesclando sua fala sobre o tema com posições religiosas:

Sentia-se feliz em poder ocupar esta tribuna, na hora em que aqui se encontravam, liderados por um religioso, os pequenos lavradores que lutam por adquirir as terras que há muito são suas por direito. Que esses trabalhadores possam colher o fruto de seu suor para que possam sobreviver. Saudava, nesta oportunidade, todos líderes e religiosos. Que se coloquem à frente Jesus, o Altíssimo, e que unidos lutem para a aquisição de suas terras. Que, entretanto, não acreditem nos falsos líderes, nos falsos aproveitadores da situação. A reforma agrária virá, pois Deus que é bom, na Sua Santíssima Justiça, não deixará seus filhos caírem nas mãos dos seus senhores prepotentes. Agradecia a acolhida tida nesta Casa. Ao Vereador Ismael Ramos que lhe convidara a visitar este Legislativo. Era grato pela fidalguia que lhes dispensaram.⁷⁴

A temática sobre reforma agrária era uma questão defendida por diversas figuras políticas, das mais variadas linhas partidárias. Nesse sentido, convém destacar que o lema “*na lei ou na marra*” (que se consagrou desde o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado no ano de 1961, em Belo Horizonte) estava restrito a um tipo de projeto de reforma agrária, considerado radical. Havia outros, inclusive encampados por grupos conservadores. No Congresso Nacional, essas diversas propostas de reforma agrária se tornaram evidentes, o que em parte inviabilizou o avanço das discussões.

Com o avanço da campanha pelas reformas de base, entre as quais a agrária, os posicionamentos tornaram-se mais polarizados e todo esse panorama nacional repercutia nos

⁷³ Há registros nas atas da Câmara de Nova Iguaçu que o vereador Moacyr da Silva Rocha se filiou ao PSB, porém não conseguimos indicar quando isso ocorreu.

⁷⁴ CMNI. Livro nº 08 (de 29/09/61 a 07/10/1963). fls.210v-211. À época, jornais cariocas noticiavam matérias como “*Deputado foi envolvido pelo falso padre e líder camponês*”. Cf. *Diário de Notícias*. 26/06/1963. p.6.

estados e municípios brasileiros. Em Nova Iguaçu, por exemplo, a defesa da reforma agrária feita por um vereador comunista, sem dúvidas provocava desconforto em certos grupos políticos locais, formados por grandes proprietários de terras e seus representantes, que se organizavam para defender seus interesses.

No que tange às distinções entre os diversos “defensores da reforma agrária” no legislativo iguaçuano, elas se davam, sobretudo, a partir do posicionamento dos vereadores acerca de outros temas. Na atuação do vereador comunista Ismael Ramos, nosso objeto de estudo, seus discursos em defesa das reformas de base e seu requerimento enviando congratulações pela realização do Congresso de Solidariedade a Cuba, em Niterói, configuravam como sinais claros de seu posicionamento frente aos demais vereadores.⁷⁵

O ÚLTIMO ATO DE ISMAEL RAMOS NA CÂMARA E OS REFLEXOS DO GOLPE

No final de março de 1964, mais precisamente no dia 30 de março, a discussão na Câmara de Nova Iguaçu era sobre a prestação de contas do prefeito Aluizio Pinto de Barros. A discussão girava em torno das despesas municipais. Anteriormente, o governo afirmava que não havia dinheiro em caixa. No entanto, em sua prestação de contas referente ao ano anterior, informava ter realizado compras de materiais e pagamento de serviços em datas que, em tese, não possuía dinheiro disponível.

Quando os vereadores opositoristas reclamaram que as contas do prefeito “não batiam”, estando inclusive de posse da Comissão de Finanças tais documentos, o vereador Ismael Ramos saiu em defesa do governo, respondendo ao relator da comissão, Sérgio Gaspar (PR) que “*não tinha obrigação de prestar satisfação aos seus colegas. Que fora assessorado por um contabilista reconhecido da Casa, contador Sr. Raphael. Que oficiassem ao Prefeito os esclarecimentos necessários às dúvidas levantadas*”. Foi aparteado pelo vereador Mauro Miguel (PSP) que solicitou a instalação de uma comissão de investigação para que as contas do prefeito fossem devidamente verificadas.⁷⁶

Ismael Ramos voltou a defender o prefeito, justificando a prestação de contas que foi apresentada à Câmara, porém o vereador Mauro Miguel se antecipou e resolveu declarar seu voto contra a aprovação, “*tão somente por não ter sido esclarecido quanto a fatos citados nas referidas contas e que, sem motivo algum, senhores vereadores componentes da douta*

⁷⁵ CMNI. Livro nº 08 (de 29/09/61 a 07/10/1963). fl.169; e *Diário Carioca*. 27/03/1963. pp.3-4.

⁷⁶ CMNI. Livro nº 09 (de 09/10/1963 a 08/11/1965). fl.82v.

Comissão de Finanças, não quiseram fornecer (...) contrariando assim todas as regras regimentais". Logo foi seguido pelo vereador Geraldo Miquelotti, da UDN, que apresentou sua posição por escrito: *"Votei contra as contas do Prefeito por não considerar a explanação dos membros da Comissão de Finanças convincentes"*.

Apesar da forte pressão da oposição, a contas do governo acabaram sendo aprovadas. Entretanto, este episódio reforçaria a crise política no município, a partir do golpe de 1964 e a decretação do Ato Institucional nº 1 (AI-1).

No dia 02 de abril, uma reunião foi convocada na Câmara de Nova Iguaçu mediante requerimento apresentado em plenário e assinado por um terço dos vereadores, conforme prevista na Lei Orgânica e no Regimento Interno. Na ocasião, o vereador Mauro Miguel (PSP) ocupou a tribuna para anunciar que existiam *"elementos presos na delegacia local"*, dispostos a *"atentar contra a vida dos irmãos iguaçuanos"*, bem como ressaltou aos vereadores a importância de tomarem conhecimento de *"fatos ocorridos na prefeitura municipal"*. A reunião logo foi suspensa e encerrada, *"aguardando-se os acontecimentos para poder deliberar sobre os assuntos"*. Importante destacar que Ismael Ramos não compareceu a esta reunião legislativa e seu mandato estava com seus dias contados.

No dia 14 de abril de 1964, o vereador Sérgio Gaspar (PR) se apresentou na Câmara como o "primeiro signatário" do requerimento que pediu a cassação de Ismael Ramos: *"Que Deus ilumine os novos mandatários do nosso país"*, discursou Gaspar, afirmando estar *"emocionado, pois era um dos visados pelo 'grupo dos onze' que seria colocado no 'paredão'"* e que *"sua residência estava visada para receber bombas"* por *"homens preparados para executar os planos comunistas"*. O vereador afirmou à tribuna que Ismael Ramos *"era e fora eleito pelos comunistas"* e que o *"Ato Institucional [AI-1] era uma segurança para o futuro do Brasil (...), pois não é admirável que se troque o pavilhão verde e amarelo pela bandeira da vermelha Rússia"*. Sua fala foi reforçada pelo vereador Valcir de Almeida (PDC), dizendo que as Forças Armadas atuaram para *"findar o golpe que iria comunizar o Brasil"*. Outros exaltavam que as cassações seriam efetivadas por força do "Comando Geral da Revolução".

O requerimento que pediu a cassação foi assinado por quase a totalidade dos vereadores, sendo designada uma comissão para emitir um parecer sobre a matéria, composta por Sérgio Gaspar (PR), José Rosa Sigolo (PSB), Mauro Miguel (PSP), Hélio Pereira da Costa (PSD), este recém empossado como suplente. Em seguida, foi realizada a votação do

pedido para cassar o mandato de Ismael Ramos e todos os dezoito vereadores presentes responderam “Sim”. Em seu lugar, foi convocado o suplente do PST Naim André, que já havia assumido anteriormente o cargo durante a licença do vereador Armando Dias. Para os cargos ocupados por Ismael Ramos na Câmara, assumiram Sérgio Gaspar (PR) como 2º Secretário e Hélio Ferreira da Costa (PSD) como membro da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

Segundo registros da ata da Câmara e também da imprensa, no dia da cassação os vereadores prestaram congratulações às Forças Armadas, ao General Humberto Alencar Castelo Branco e a José Maria Alkmin, empossados como presidente e vice-presidente da República, respectivamente. Os Vereadores também fizeram referência ao “farto material subversivo” que teria sido apreendido e levado para a delegacia de Nova Iguaçu.⁷⁷

Acusado de ser comunista e agitador, incurso na Lei de Segurança Nacional, Ismael Ramos teve seu cassado como “resposta” à sociedade iguaçuana pela “intranquilidade” que vinha promovendo nos últimos dias. Como exemplo, os vereadores citaram a greve dos funcionários da prefeitura e o episódio em que Ramos teria forçado sua entrada no recinto onde estavam os grevistas, em companhia de elementos do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) de Nova Iguaçu e a “*presença de bombas molotov*”. O vereador Geraldo Miquelotti (UDN) buscou justificar a cassação sob a alegação de que:

(...) Não era perseguição ao Sr. Ismael Ramos, mas que o País estava se encaminhando para seu levantamento, via a salvação do Brasil, na salvação da América do Sul, pois há três anos as forças comunistas vinham procurando tomar conta do nosso País e que o Ato Institucional era uma segurança para o futuro do Brasil.⁷⁸

Faz-se necessário destacar que, durante a reunião de cassação do vereador comunista Ismael Ramos, foi mencionada em ata que havia uma “certa desconfiança” da participação da ACINI no episódio. A entidade era presidida até recentemente (e ainda bastante influenciada) por Silvio Coelho, outrora proprietário do Mercado São José, alvo do “quebra-quebra” ocorrido em 1962, episódio que potencializou as tensões entre Ismael Ramos e ACINI, bem como impulsionou a candidatura do comunista a vereador. Tudo isso sem falar na própria manchete do *Correio da Lavoura* ao noticiar a cassação de Ramos, citada no início deste

⁷⁷ *Correio da Lavoura*. 19/04/1964. p.1; e *Diário Carioca*. 19/04/1964. p.2.

⁷⁸ CMNI. *Livro nº 09 (de 09/10/1963 a 08/11/1965)*. fls.87-92 v. Estas páginas correspondem à reunião que cassou o mandato de Ismael Ramos.

trabalho: “*Ao comércio e ao povo em geral (...). A Câmara Municipal cassou o mandato do edil Ismael Ramos (...)*”.

O Vereador Antônio Mota (PTB), embora favorável à cassação, disse “*que soubera que a ACINI procurava impor juntamente com outros*” seus interesses na deliberação da Câmara sobre a matéria. Em aparte, Sérgio Gaspar (PR) lamentou que um mandato outorgado pelo povo sofresse este fim, mas retrucou dizendo que “*assim o fizeram, mas não por imposição da Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu, e sim com certeza de estar trabalhando com consciência de bem servir*”. Já o presidente da Câmara, Bolívar Gomes Assumpção (PTB), defendeu que “*a Câmara agia livremente sem se deixar levar por pressões*” e que “*o pronunciamento fora feito com o melhor de sua calma e consciência, sem se deixar influenciar por forças estranhas*”. O petebista chegou a dizer que “*pela sua habilidade de explanação fora até elogiado por membros da ACINI, que viam que a Câmara, de fato, não desejava se omitir da situação atual*”.

Neste contexto nacional de crise, o governo militar conseguiu apoio de um grupo considerável de empresários, políticos e religiosos. Podemos citar que, inicialmente, o regime recebeu apoio de diferentes e importantes instituições, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Em Nova Iguaçu, está implícita, nos registros das atas da Câmara Municipal, a participação decisiva da ACINI no momento do expurgo político em 1964.

Interessante observar que outras pesquisas recentes têm apontado para o poder político exercido pela ACINI. Em sua dissertação de mestrado, por exemplo, Allofs Batista entrevistou o ex prefeito da cidade, eleito durante a ditadura militar, João Batista Lubanco, que foi enfático: “*A ACINI é o órgão que representa as classes empresariais em Nova Iguaçu. (...) Atualmente não tem essa presença, mas no passado a associação comandava a vida política, no sentido amplo da palavra, de Nova Iguaçu*”.⁷⁹

Na mesma reunião que cassou o mandato de Ismael Ramos (vice-líder do governo), o vereador Mauro Miguel (PSP) solicitou verbalmente que fosse formada uma comissão na Câmara para investigar denúncias contra o prefeito Aluizio Pinto de Barros. O presidente da Casa, Bolívar Gomes Assumpção (PTB), sugeriu ao vereador que apresentasse um requerimento formal solicitando uma comissão de investigação.

⁷⁹ BATISTA, Allofs Daniel. *Onze prefeitos em onze anos: o campo político iguaçuano nas páginas do Correio da Lavoura (1964-1975)*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado, UNIRIO, 2014, p.77.

Na reunião seguinte, em 17 de abril, Mauro Miguel informou ao plenário que iria à Nilópolis, em companhia de outros vereadores, para “*se inteirar sobre as cassações ali ocorridas*”, bem como sobre os procedimentos utilizados pelos vereadores daquele município. Em seu discurso, questionou ao presidente da Câmara de Nova Iguaçu se ele havia tomado conhecimento do AI-1, pois tal ato tirara “*imunidade, vitalidades e estabilidades*” dos “*funcionários comunistas ou que tivessem participado ativamente de movimentos subversivos*”, solicitando que a Câmara tomasse providências neste sentido.⁸⁰

Dias depois, o prefeito de Nova Iguaçu publicou uma nota no *Correio da Lavoura*, principal jornal da cidade, dizendo-se alinhado com o novo regime no país.

Do prefeito ao povo iguaçuano. (...) Com esteio nos verdadeiros democratas, nos que amam a Pátria, deveras nós iguaçuanos, preocupados com nossos problemas, nos industriais, nos comerciantes, nos trabalhadores e no povo que querem a grandeza de nosso município, havemos de engrandecê-lo, levando, outrossim, nossa parcela de contribuição a essa obra grandiosa de restauração democrática, porque antes e acima de tudo, esta é nossa Pátria.⁸¹

Entretanto, na medida em que a UDN atuou, a nível estadual, para cassar o governador Bagder da Silveira (PTB), o vereador udenista Geraldo Miquelotti passou a criticar o posicionamento do prefeito iguaçuano, chegando a veicular uma nota, no mesmo jornal, questionando seu alinhamento aos “*ideais revolucionários do novo governo*”, instaurado em 1964. Para Miquelotti, as recentes declarações do prefeito petebista eram “*um mero expediente de última hora*”.

A UDN, [...] vê-se na obrigação de respondê-la [a nota do prefeito], fixando sua discordância, principalmente nos seguintes aspectos: Ao que sabemos, dentre vários elementos que o cercavam, um altamente prestigiado por sua Excelência, encontra-se em lugar incerto e não sabido, foragido, ao que nos parece, das responsabilidades assumidas pelo seu comprometimento com forças esquerdistas; Outro, seu porta-voz e líder na Câmara Municipal, teve seu mandato cassado, por unanimidade numa flagrante demonstração do conceito negativo que gozava entre seus pares. Não fossem outras, apenas por estas já se fixariam os objetivos do seu pronunciamento, que visa apenas uma salvação de última hora. Por isso, o protesto dos democratas iguaçuanos não poderia faltar, nesta hora em que responsabilidades são fixadas, cabendo a cada um aceitar o julgamento popular, onde há de prevalecer a conduta permanente do homem público e não os pronunciamentos de conveniência.⁸²

⁸⁰ CMNI. Livro nº 09 (de 09/10/1963 a 08/11/1965). fls.93-94v.

⁸¹ *Correio da Lavoura*. 26/04/1964. p.1. Nesta mesma edição, o prefeito anunciava um aumento salarial “*na ordem de 100 por cento*” para funcionalismo municipal.

⁸² *Correio da Lavoura*. 03/05/1964. p.1.

O prefeito Aluizio Pinto de Barros ainda resistiu no cargo. Porém, em agosto, acabou sendo afastado por decisão da Câmara Municipal, assumindo o vice-prefeito João Luis do Nascimento. A alegação era de que ele teria assumido o cargo de Tabelião de Justiça após sua posse na prefeitura, o que legalmente seria incompatível.⁸³

Quanto ao militante comunista e ex-vereador Ismael Ramos, que já era foco de investigações da polícia política antes mesmo de 1964, teve que enfrentar duramente a repressão durante a ditadura, conforme depoimento de um antigo companheiro de lutas, Francisco Amaral, que no final da década de 1980 chegou a ser prefeito de Nova Iguaçu. Segundo ele, o golpe desarticulou uma intensa mobilização que vinha sendo construída na cidade em prol de grupos até então desfavorecidos, como os movimentos de trabalhadores rurais e de associações de moradores. *“Aí veio o Exército, tomou conta, botou todo mundo para correr e acabou com o que fora feito. (...) O Ismael Ramos ficou um longo período desaparecido”*.⁸⁴

Em um processo disponível no *Projeto Brasil Nunca Mais* (BNM-279), onde consta a ficha individual de Ismael Ramos junto à polícia política fluminense, encontramos um “informe” fornecido ao Exército Brasileiro, em 1965, pelo então presidente do Sindicato dos Comerciários de Nova Iguaçu, José Nascimento de Assis, que havia assumido como interventor. Neste documento, o sindicalista relatou queixas e processos trabalhistas abertos por seus associados contra empresários da cidade, mas também comentou sobre a militância comunista na entidade, afirmando que *“a coisa vai caminhando entre mal e regular, pois o Sr. Ismael Ramos continua em liberdade e vem mantendo contatos com o grupo dele. (...) [Ele] ultimamente tem se escondido na residência de seus pais, em Vila de Cava”*.⁸⁵

Convém ressaltar que, neste documento, há observações do próprio Exército, indicando que Ismael Ramos teria “um esconderijo no bairro de Engenho Pequeno” e que o interventor sindical José Nascimento de Assis era “de confiança”, inclusive sendo *“elemento ligado à ORIT”*.⁸⁶

⁸³ O prefeito chegou a recorrer judicialmente da decisão da Câmara, mas o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ) manteve o afastamento. Cf. *Diário Carioca*. 16/09/1965. p.5.

⁸⁴ AMARAL, Francisco. Francisco Amaral (depoimento, 1999). Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 2001. pp.17-18. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista54.pdf>>. Acessado em 11/06/2016.

⁸⁵ Projeto Brasil Nunca Mais (BNM). *BNM n° 279*. Processo 12.807. s/d.

⁸⁶ Durante a ditadura militar, lideranças sindicais passaram a ser indicadas pelo Ministério do Trabalho e patrocinadas pela Organização Regional Interamericana de Trabalho (ORIT), entidade dos Estados Unidos da América (EUA) que pregava o “sindicalismo livre”. Cf. CORREA, Larissa Rosa. *Disseram que voltei americanizado: relações sindicais Brasil – Estados Unidos durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1978)*. Campinas: tese de doutorado, UNICAMP, 2013.

MINISTÉRIO DA GUERRA ENTRADA - 8.007.00
EXÉRCITO
ESTADO-MAIOR
2ª SEÇÃO

12810

ASSUNTO: Cópia de carta recebida por um capitão
ORIGEM: Informante
CLASSIFICAÇÃO: C-2
DIFUSÃO: GM - EME - IPM-709 - ARQ.

INFORME Nº 126/65

Esta Seção recebeu o seguinte informe:

- "Presado Capitão. Quero informar ao Sr que aqui a coisa vai caminhando entre mal e regular, Pois o Sr Esmael Ramos continua em liberdade, e vem mantendo contactos com o grupo dele, e principalmente com uma de suas amantes que se chama Ruth. E ultimamente tem se escondido na residência seus pais em Vila de Cava, a prova de que ela sabe onde esta o Sr Esmael Ramos, esta a frente dos olhos de todos que a ver e no volume da barriga dela. Pois aquilo não vem por correspondencia, ela esta grávida no duro.

Caro capitão: eu ainda continuo a frente do Sindicato dos Comerciantes, tudo tenho feito no sentido da boa condução não só de meu Sindicato, mas de todos os outros que por qualquer razão me procura ou de mim se aproxima. Graças a Deus muito tenho feito e conseguido apesar das imposições e incompreensões de certos elementos do comércio e da Indústria que teimam em querer atirar a responsabilidade de tudo que o povo esta passando em cima do Governo Revolucionário.

Sobre este caso eu gostaria de falar com o Sr ou com quem o Sr julgase conveniente. Aqui Sr capitão, os que mas falam, são os que menos podem falar. E um grupo de escravocatas que sonham deis de o pagamento do Salario minimo ate o registro da Carteira Profissional. Que muitas das vezes descontam de seus empregados e não recolhem aos respectivos Institutos de Previdencia, avendo casos como o dos proprietarios da Loja Adel que chegam ao ponto de insultar o nosso Pais, pois eles são estrangeiros.

Pois bem, estes elementos aliados a outros não menos impátrios, que são aqueles que aqui estão exercendo mandatos legislativos e executivos na sua quase totalidade improbos, tudo fazem para desmerecer o sacrificio dos que se expuseram a tudo e a todos para a manutenção de nossa liberdade.

continua ...

12811 - fls 2 -

Eu gostaria de poder falar com o Sr. E também gostaria que o Sr ouvisse um Vereador que se chama JUVENAL PEREIRA DOS SANTOS. Pois eu tenho vontade de escrever ao Sr Presidente da República, pedindo a instituição de uma Comissão Policial Militar de Inquérito, para apurar a aplicação dos dinheiros Públicos neste Município nos últimos 10 anos. Pois eu estou certo de que na cadeia esta faltando muita gente. (a) JOSÉ NASCIMENTO DE ASSIS".

- ISMAEL RAMOS - um dos membros do CM de Nova Iguaçu ex-vereador mandato cassado pela Câmara, depois de Revolução.
P C - atual - ARMAZEM ARAPONGA (S) na estrada da POSSE. Tem um crime de morte (1 Sgt da PM) por motivos pessoais. Tem mais duas (?) amantes. Tem um esconderijo no bairro de ENGENHO PEQUENO. Proprietário de 2 ou 3 farmácias no município, sendo uma na sede e outras fora.

- JOSÉ NASCIMENTO DE ASSIS - Interventor do Sindicato; elemento ligado à ORIT; conhece bem os comunistas infiltrados no meio sindical. Também conhece o Pe CARVALHO.

IMAGEM 07: Informe nº 126/1965 do Exército Brasileiro, citando Ismael Ramos.

Fonte: BNM nº 279. Processo 12.807. s/d. Acervo do Projeto Brasil Nunca Mais Digital

Em suma, ao analisar a atuação política de Ismael Ramos, destacamos o quanto sua trajetória mesclava a militância no PCB com os negócios no comércio, visto que era proprietário de diversas drograrias em Nova Iguaçu, o que inclusive lhe abria certo trânsito dentro da ACINI. Por fim, ele acabou sendo cassado do seu mandato de vereador na Câmara e foi expulso da associação comercial por suas ligações com os “ideais revolucionários comunistas”, o que, na prática, se resumia em fomentar mobilizações populares contra a exploração econômica, combatendo as precárias condições de saúde e educação no município, bem como na defesa da reforma agrária em prol dos menos favorecidos.

CONCLUSÃO

Embora o PCB, na maior parte de sua trajetória política/institucional, tenha permanecido na ilegalidade, ele buscou fomentar sua representação em diferentes partidos. Tornou-se porta-voz de trabalhadores, assim como promoveu a participação de muitos deles no mundo da política, através dos sindicatos ou do próprio parlamento.

A representação do PCB no cenário político iguaçuano registrou a participação de diferentes atores, que visavam transformar a realidade de miséria e abandono na qual os trabalhadores (camponeses, operários, comerciários...) estavam submetidos na Baixada Fluminense. Suas principais estratégias buscaram orientar os trabalhadores na luta pelos seus direitos e pela democracia. Contrários aos desmandos da política local, os comunistas também reuniram grupos de profissionais liberais para atuarem em diferentes bairros, cobrando das autoridades públicas melhores condições de saúde, educação e moradia para a população. Em Nova Iguaçu, a militância comunista apresentou uma acentuada participação, destacando-se no período pós Segunda Guerra, quando houve o declínio da citricultura e avanço das atividades industriais e comerciais.

Durante a década de 1960, um representante iguaçuano adepto dos ideais comunistas foi eleito pelo PST para a vereança local, o comerciante Ismael Ramos. Uma de suas principais contendas se deu com o empresário Sílvio Coelho, que se tornou presidente da ACINI e proprietário do Grupo Granfino, ainda hoje um importante estabelecimento industrial na cidade.

O vereador Ismael Ramos foi aliado do prefeito Aluizio Pinto de Barros, do PTB, também eleito em 1962, sendo vice-líder do seu governo na Câmara. Como parlamentar comunista, suas propostas políticas contrariavam interesses de uma grande parcela da elite iguaçuana, muito embora seu posicionamento por vezes se afastasse da militância em detrimento do “homem de negócios”. De qualquer forma, seus principais adversários políticos estavam ancorados em agremiações políticas que haviam perdido lugar de destaque na organização política do município, com destaque para a UDN, que esteve à frente do governo local por diversos mandatos.

Com o golpe de 1964, porém, medidas “profiláticas” contra a democracia desarticularam diversas formas de participação popular na política que estavam em ascensão,

entre elas a atuação de militantes comunistas como Ismael Ramos. Seus reflexos na política iguaçuana desfecharam a cassação de seu mandato e o afastamento do prefeito.

Portanto, falar do PCB na cidade de Nova Iguaçu neste período é dizer que esses militantes foram uma espécie de “sombra” na política local, alcançando resultados promissores, porém não conquistando o interesse da maioria dos iguaçuanos. Assim, não obteve adesão decisiva e nem sobreviveu ao golpe civil-militar de 1964.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Francisco. Francisco Amaral (depoimento, 1999). Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 2001.
- ALEXANDRE, Maria Lúcia Bezerra da Silva. *Um cenáculo de letrados : sociabilidade, imprensa e intelectuais a partir da Arcádia Iguassuana de Letras (AIL) - (Nova Iguaçu, - 1955-1970)*. Nova Iguaçu: dissertação de mestrado, IM-UFRRJ, 2015.
- _____. *A Educação pelo Quarto Poder: um olhar sobre a coluna do jornalista Luis Martins de Azeredo (1945-1948)*. Nova Iguaçu: monografia, IM-UFRRJ, 2013.
- ALVES, José Cláudio Souza. *Dos Barões ao Extermínio – uma história de violência na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro, APPH-Clio, 2003.
- BARROS, N. A. G. *Memórias da Câmara Municipal de Nova Iguaçu*. Nova Iguaçu: Jornal Hoje, 2000.
- BATISTA, Allofs Daniel. *Onze Prefeitos em Onze Anos: o campo político iguaçuano nas páginas do Correio da Lavoura (1964-1975)*. Nova Iguaçu: dissertação de mestrado, UNIRIO, 2014.
- _____. *Da Laranja ao Golpe: Nova Iguaçu e a instabilidade política nos primeiros anos do Regime Civil Militar*. Nova Iguaçu: monografia, IM-UFRRJ, 2011.
- BENEVIDES, Maria Vitória. *A UDN e o udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- CARDIANO, Fernando Pinto. *Eleições no Estado do Rio de Janeiro (1945/1986)*. Niterói: Biblioteca de Estudos Fluminenses, 1990.
- CORREA, Larissa Rosa. *Disseram que voltei americanizado: relações sindicais Brasil – Estados Unidos durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1978)*. Campinas: tese de doutorado, UNICAMP, 2013.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: Do getulismo ao reformismo*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- DEZEMONE, Marcus. *Do Cativo à Reforma Agrária: Colonato, Direitos e Conflitos (1872-1987)*, Tese de Doutorado, UFF, RJ, 2012.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FREITAS, Alípio de. *Resistir é preciso, Memória do Tempo da Morte Civil do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1981.
- GOMES, Alexander de Souza. *Religião e política: construção da memória de Dom Adriano Hypólito*, Dissertação de Mestrado, UERJ, 2012.

- MAINWARING, Scott. A Igreja e o movimento popular: Nova Iguaçu, 1974-1985. In:_____. Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985). SP, Brasiliense, 2004. 1ª reimpressão da 1ª ed. de 1989.
- MELO, A. Borges de; MELO, Carlos. *Uma história de lutas, ACINI 50 anos, Instituição a serviço de Nova Iguaçu*. Nova Iguaçu: Mundinter, 1995.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Dois Famílias Negras no Pós-abolição. (Nova Iguaçu, século XX)*, 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional—UFSC, maio de 2013.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. *Expropriação e Luta dos Camponeses Fluminenses*, ABRA, Campinas, Vol. 12, nº 02, p. 1-52, março – abril de 1982.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. *Camaradas e Companheiros: História e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- PEDROZA, Manoela. *Sanear, Despejar, Resistir: Revisitando o debate sobre a luta pela terra nos sertões cariocas e na Baixada Fluminense nas décadas de 1940 a 1960, (Revista) Rurais*, Vol. 4, Nº 2, Setembro 2010
- PEREIRA, Waldick. *Cana, Café e Laranja: História econômica de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: FGV/SEEC, 1977.
- PERES, Guilherme, Do Rio Iguassú ao Sarapuí: primeiro projeto ferroviário do Brasil. In: Revista Pilares da História, 2004.
- RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- RIBEIRO, Felipe. *A Foice, o Martelo e Outras Ferramentas de Ação Política: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1975)*. Rio de Janeiro: tese de doutorado, FGV-CPDOC, 2015.
- _____. *Operários à Tribuna: vereadores comunistas e trabalhadores têxteis de Magé (1951-1964)*. São Gonçalo: dissertação de Mestrado, UERJ, 2011.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. Revisada e ampliada. São Paulo: Ed. Unesp, 2005. 325p.
- SALES, Jean Rodrigues. *Guerrilha e revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil*. 1ed. Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj 2015.
- SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos, Comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- SERAFIM, Adriana da Silva: *A Missa da Unidade entre Faixas e Crucifixos: hierarquia e política na Diocese de Nova Iguaçu* (1982). Nova Iguaçu: dissertação de mestrado, IM-UFRRJ , 2013.
- SILVA, Lúcia; GARCIA, Graciela; SALES, Jean (orgs). *Capítulos da Baixada Fluminense*. Seropédica: UFRRJ, 2013.
- SILVA, Moacir M. F. *Tentativa de classificação das cidades brasileiras*. Revista Brasileira de Geografia. a.8. n.3. jul-set/1946.

SIMÕES, Manoel Ricardo. *A Cidade Estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense*. Niterói: tese de doutorado, UFF, 2006.

SOUZA, Sonali Maria de. *Da Laranja ao lote: transformações sociais em Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado, MN-UFRJ, 1992.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Difel, 1976.

PERIÓDICOS

Correio da Lavoura
Tribuna Popular
Imprensa Popular
Diário de Notícias
Novos Rumos
Última Hora
Diário Carioca
A Noite
O Fluminense
Luta Democrática